

# TRIBUNA

Órgão de divulgação da  
**OABRJ**

## DO ADVOGADO

ANO XLVI - MAIO 2017 - Número 566



# Ordem vai à luta contra reformas que rasgam direitos

Seccional convoca advocacia  
e sociedade para ato no dia 19

# G Suite

## OAB/RJ e Google juntos por você



Com o objetivo de manter a vanguarda tecnológica, a OAB/RJ fez uma parceria com a Google para oferecer o que há de melhor para seus associados, e aderiu a plataforma em nuvem chamada G Suite.

O G Suite conta com ferramentas como Gmail, Google Drive, editor de texto, planilhas, formulários, apresentações, calendário, chat e videoconferência. Seu escritório terá tudo com gestão simples, integrada e total segurança.

Realizar uma video chamada com sua equipe e editar documentos simultaneamente com outras pessoas são algumas das facilidades que o G Suite permite para os escritórios de advocacia.

Armazenando dados em uma das mais seguras plataformas no mundo, você pode acessar documentos de qualquer dispositivo conectado à internet, aumentando a mobilidade e a realização de trabalhos de qualquer lugar.

Você e seus colaboradores não ficam mais limitados ao escritório, podendo acessar os dados, por exemplo, durante uma reunião externa ou no fórum.

Você pode conhecer mais benefícios do G Suite entrando em contato com a IPNET, representante premier da Google no Brasil, pelo telefone: 21 3553-2717 ou pelo e-mail [contato@ipnetsolucoes.com.br](mailto:contato@ipnetsolucoes.com.br).



Você pode conhecer mais benefícios do G Suite entrando em contato com a IPNET, representante premier da Google no Brasil, pelo telefone:

# 21 3553-2717

G Suite

OABRJ

IPNET



[www.ipnetsolucoes.com.br](http://www.ipnetsolucoes.com.br)



# Ao lado da sociedade, contra as reformas trabalhista e previdenciária



FELIPE SANTA CRUZ

Quando o Brasil vivia, há poucos anos, o período de pleno emprego, a CLT e a Justiça do Trabalho não eram apontadas como entraves ao crescimento do país. Muito pelo contrário. Representavam garantias ao processo de partilha da riqueza então gerada.

No entanto, agora que o país atravessa uma grave crise política e institucional, o discurso curiosamente mudou. De forma açodada, pouco democrática e até truculenta, sem qualquer discussão com a sociedade, o governo federal e setores do Congresso tentam fazer com que os trabalhadores paguem a fatura da estagnação econômica.

É inadmissível.

E essa é uma das razões pelas quais a OAB/RJ vem a público explicitar sua crítica veemente à proposta de reforma trabalhista ora apresentada. Se as lideranças da geração responsável pela redemocratização traíram os brasileiros com a farra do financiamento privado, transformando a política partidária em valhacouto, que tenha a decência de arcar com as consequências de tal comportamento. O que não podemos aceitar é que a conta seja imposta à sociedade, com a demolição dos direitos sociais conquistados ao longo da história. Com sangue, suor e lágrimas.

De maneira análoga, fazemos também a crítica ao projeto de reforma previdenciária, que praticamente inviabiliza que o trabalhador possa, ao fim de uma vida inteira de labuta, gozar da devida aposentadoria. Se há déficit, a solução não passa por ações voluntaristas, que desconsideram os maiores interessados em um sistema justo para todos: o cidadão brasileiro. Sem o devido debate, qualquer tentativa de mudança radical nas atuais regras estará inscrita na cartilha da imposição. E o tempo das imposições já passou.

Assim, mantendo-se fiel à sua trajetória de lutas em defesa da população e da democracia, a Ordem se posiciona de forma frontalmente contrária aos dois projetos levados ao Congresso. O ato do próximo dia 19 de maio, que ocupa a capa da presente edição da TRIBUNA, representará um forte brado neste sentido.

Convocamos todos os advogados e os diversos setores da sociedade para virem à sede da Seccional e se unirem nessa batalha.

A necessidade mais premente do Brasil, no atual momento, é uma reforma política que venha a permitir o resgate da ética e da representação democrática. Da reconquista da harmonia. E não projetos de ocasião, elaborados a toque de caixa e reprovados, como demonstram claramente as pesquisas, pela grande maioria dos cidadãos.



## Em nota, OAB/RJ repudia violenta ação da Polícia Militar contra milhares de manifestantes que participavam de ato no dia 28

*Rafaela Ramallete Ferraz:* A narrativa dos fatos está correta. Estava lá e minha mãe foi vítima de um desses ataques. Éramos três mulheres, no fim de um grupo que estava saindo da Cinelândia, e fomos surpreendidas por uma bomba no chão, prestes a explodir.

*Thais Carvalho:* Obrigada, OAB, vocês deveriam tomar medidas judiciais. Se o Estado não tem dinheiro para pagar o salário dos servidores, não repassa o duodécimo, como pode ter dinheiro para tanta bomba? Por que tem dinheiro para sustentar a repressão e não tem grana para todo o resto? Inclusive, torço para que a OAB Nacional vá ao STF questionar a constitucionalidade dessas leis absurdas!

## OAB/Méier: inaugurada sede que leva nome do ex-presidente Humberto Cairo

*Bomfim Santiago jurídico:* Bem lembrado e merecido! Parabéns pela iniciativa!

## Seminário sobre jurisprudência do Carf lota OAB/RJ

*Julio Cesar Gomes:* É sempre uma honra e um dever contribuir para as reflexões sobre nosso complexo sistema tributário. Através dessas iniciativas é que estamos construindo no Rio de Janeiro um importante foro de debates. Parabéns à OAB/RJ.

## #ConvênioOABRJ: Advogados terão atendimento exclusivo nas consultas ao ITD

*Daniel Nascimento:* Realmente, é uma grande vitória. Existe uma decisão dessa mesma natureza em relação ao atendimento aos advogados nos postos do INSS, inclusive a matéria foi apreciada pelo STF, que confirmou o atendimento compatível com a dignidade dos advogados no INSS. Nenhum dos postos do INSS cumpre essa determinação. O que poderia ser feito em relação a isso?

*Solanger Cavalcante:* (...) Essa exclusividade será de grande valia na rotina dos advogados, não só em relação à redução de tempo, como também à conscientização aos órgãos públicos, o que nós advogados contribuímos para o crescimento do país e, sobretudo, o respeito ao exercício da cidadania e a democracia.

## #TribunadoAdvogado: Comissão lança, oficialmente, manual para o advogado

*Andrea Rios:* De grande valia para nossa classe num momento em que o país atravessa várias crises (...).

*Ulysses Seixas:* A cartilha é excelente. Parabéns pela iniciativa.

## Em ato no TRT, OAB/RJ reafirma defesa dos direitos dos trabalhadores

*Sarah Fernandes:* Acredito que a JT precisa melhorar diversos pontos, mas essa reforma é repugnante e inconstitucional.

### DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA OAB/RJ

Diretor:  
Felipe Santa Cruz

Superintendente de Comunicação:  
Marcelo Moutinho  
marcelo.moutinho@oabrj.org.br

**TRIBUNA DO ADVOGADO**  
Fundada em 1971 por José Ribeiro de Castro Filho

Editora: Patrícia Nolasco (MTB 21.584)  
patricia.nolasco@oabrj.org.br

Editor assistente: Eduardo Sarmento  
eduardo.sarmento@oabrj.org.br

Projeto gráfico e diagramação: Victor Marques  
victor.marques@oabrj.org.br

Impressão: Esdeva  
Tiragem: 122.000 exemplares

Portal da OAB/RJ  
www.oabrj.org.br

Editora: Amanda Lopes  
amanda.lopes@oabrj.org.br

Redes sociais  
www.facebook.com/oabrj  
twitter.com/OABRJ\_oficial

Editora: Marina Iris  
marina.iris@oabrj.org.br

Reportagem:  
Cássia Bittar  
cassia.bittar@oabrj.org.br  
Nádia Mendes  
nadia.mendes@oabrj.org.br  
Renata Loback  
renata.loback@oabrj.org.br  
Vitor Fraga  
vitor.fraga@oabrj.org.br

Fotografia:  
Bruno Marins e Lula Aparício  
Design gráfico:  
Flávia Marques e Raphael Carneiro

#### Assessoria de Imprensa

Franco Thomé  
franco.thome@oabrj.org.br  
Suzi Melo  
suzi.melo@oabrj.org.br

#### Publicidade

Gestão de Negócios  
Comunicação Integrada Ltda.  
Enio Santiago  
enio@gestaodenegocios.com.br  
Paulo Santos  
paulosantos@gestaodenegocios.com.br  
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Departamento de Jornalismo e Publicações  
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo  
Rio de Janeiro - CEP: 20020-080  
Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150  
tribunadoadvogado@oabrj.org.br



Página  
**6** Entrevista  
André  
Fontes,  
presidente  
do TRF-2

Página  
**8** Seccional convoca  
advocacia para  
ato contra retirada  
de direitos nas  
reformas trabalhista  
e previdenciária



Página  
**12** **OPINIÃO**  
Ivan Simões Garcia e Carlos Henrique  
de Carvalho escrevem sobre  
mudanças na legislação do trabalho

Página  
**14** A pedido da Seccional, advogados  
ganham guichê especial para  
recolhimento do ITD

Página  
**16** **TRIBUNA LIVRE**  
Justiça do Trabalho vem sendo  
precarizada? Colegas opinam



Página  
**18** Titulação de áreas  
quilombolas sofre  
atraso com mudança  
de competência  
para a Casa Civil do  
governo federal

Página  
**32** **PONTOCONTRAPONTO**  
Na reforma política, o voto em lista  
fechada, nas opiniões divergentes de  
Alessandro Molon e Ricardo Penteadó

Página  
**34** **PANORAMA**  
Estado de Direito, prerrogativas, racismo  
e santuário de tubarões, alguns dos  
temas debatidos na OAB/RJ

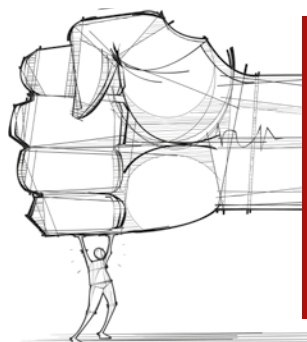
Página  
**38** **CAARJ**  
Caixa amplia núcleos  
do projeto *Bem-estar*

Página  
**40** **SUBSEÇÕES**  
Humberto Cairo dá nome à  
subseção do Méier. Reuniões  
zonais terão participação  
da Corregedoria do TJ

Página  
**45** **ESA**  
Prática sobre aposentadoria  
e Direito Eleitoral estão na  
programação de cursos

Página  
**46** **ESTANTE**  
Mediação, desapropriação no Direito e processo  
do conhecimento, temas dos lançamentos

Página  
**48** **CULTURA**  
*Los Carpinteros* no CCBB e coleções  
do MAM são destaques em maio. Na  
*Dica*, uma nova revista sobre livros



Página  
**24** **Espaço Aberto**  
A Lei de Abuso  
de Autoridade e  
alterações em debate  
no Congresso, na  
análise de João  
Pedro Pádua

Página  
**26** Estudo indica que  
maioria dos cariocas  
não apoia chavão  
'bandido bom é bandido  
morto', mas tem visões  
contraditórias sobre  
direitos humanos



Página  
**50** **Vida Privada**  
Luciana Levy  
é fã de *Búzios*,  
e também  
de séries e  
minisséries.  
*The crown* foi  
a última

# ‘Volume de casos que entram no tem sido compatível com a força

Ao iniciar, mês passado, a gestão do biênio 2017-2019, o novo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador André Ricardo Cruz Fontes, já encontrou a casa em regime de contenção de recursos, pessoal insuficiente e aumento de demandas. Ao mesmo tempo, os desdobramentos da operação Lava-jato lançam o foco das

atenções do Rio de Janeiro para o tribunal, onde serão julgados o ex-governador Sérgio Cabral e demais envolvidos nos escândalos de corrupção no estado. Para Fontes, os concursos e mandamentos devem aliviar um pouco a falta de servidores e juízes e dar maior celeridade aos julgamentos, mas ele admite que está difícil atender às metas.

## PATRÍCIA NOLASCO

**Quais são os principais desafios para a sua gestão à frente do TRF-2, num momento de cortes orçamentários e recursos reduzidos, em razão da crise que atinge o país e, mais gravemente, o Estado do Rio de Janeiro? O Judiciário federal também sofre efeitos na prestação jurisdicional?**

**André Fontes** – O tribunal está a ser desafiado pela maior crise econômica que o Brasil teve em nossa história, pior do que a dos anos 1980. Partindo dessa premissa, lembro que já houve uma série de decisões tomadas na esfera mais ampla dos tribunais regionais federais, de controle rígido de gastos e de custos. Tivemos reduções em pontos importantes, desde elevadores até número de estagiários. Desde manutenção, aquisição de materiais, energia, redução do horário de expediente em algumas situações etc. O que mais me preocupa é que isso tem uma consequência no desempenho estatístico. A crise nos obriga, como obrigou a gestão anterior, a ser mais parcimoniosos nos gastos, para haver melhor desempenho nesta relação de custo e benefício. Nas turmas que atendem as áreas criminal, previdenciária e de propriedade

industrial, temos de 500 a 600 casos por cada sessão de julgamento. Os números têm aumentado de ano para ano, não é fácil mantê-los com essas dificuldades. Nas turmas tributárias, já estamos com incapacidade, o volume de casos que entram não tem sido compatível com a força de trabalho para o desempenho das tarefas. Nas administrativas, o aumento é muito maior ainda. Estamos há uns 16, 17 anos, com a mesma estrutura. São quase duas décadas de duplicação de tarefas e menos servidores, já que o aumento das aposentadorias em razão da crise tem nos afetado. Hoje, somos sensíveis às questões tributárias, e não temos conseguido alcançar a meta de julgarmos mais do que recebemos.

**A lista divulgada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das delações da Odebrecht na operação Lava-jato e seus desdobramentos, como a Calicute, traz para a Justiça Federal fluminense um grande volume de processos. Será possível realizar os julgamentos em tempo razoável?**

**André Fontes** – As turmas criminais operam com outras áreas, a previdenciária e a de propriedade intelectual; o ideal seria que só atuassem na criminal, o que exigiria um aumento de varas. O fato é

que hoje é provável que toda a concentração acabe se voltando para os casos mais atuais, como o da Calicute. Temos procurado dar condições, melhorar a estrutura de trabalho, mas há limitação com a mão de obra. No entanto, estamos com um concurso em andamento e esperamos, com o recrutamento de servidores, melhorar essa situação. São cinco mil servidores no tribunal. Temos preferência de ocupação das vagas hoje na primeira instância, inclusive com estagiários. Na magistratura, são mais de 80 vagas que nunca conseguimos que fossem preenchidas, não há um tribunal do Brasil que consiga. Mas esperamos que até o final do ano algumas delas sejam ocupadas com novos juízes.

**Qual a opinião do senhor acerca do foro especial por prerrogativa de função?**

**André Fontes** – Honestamente, acho que não deveria existir, e tenho sérias dúvidas se a razão pela qual surgiu originalmente faz sentido hoje. O Supremo Tribunal Federal tem sido muito hábil e ágil no julgamento desses casos, mas lá não se pode recorrer depois, diferentemente dos outros graus de jurisdição. É um risco muito grande julgamento em instância única, talvez pela falsa ideia



# TRF-2 não de trabalho'

de que no STF jamais seria julgado e, conseqüentemente, seria um elo perdido para criar uma espécie de imunidade jurisdicional. Mas não é isso que estamos vendo.

**O foro especial então deveria ser extinto inclusive para os chefes dos poderes?**

**André Fontes** – Não tenho a menor dúvida. Essa situação do foro especial hoje em dia, com tantas garantias reconhecidas, deferências...Eu, como jurei cumprir a Constituição, cumprirei fielmente o que estiver determinado, mas na minha opinião de cidadão, deveria ser extinto. Todos devem ser iguais perante a lei, estamos numa República. O melhor seria que todos fosse julgados na primeira instância, mantidos os controles, o devido processo legal, o sistema recursal, etc.

**Os advogados do Rio vêm se queixando da interferência de magistrados na relação contratual entre profissional e parte nos processos previdenciários nos juizados especiais federais. Como o senhor avalia a questão?**

**André Fontes** – Fui advogado por muitos anos, e havia uma relação direta e objetiva com o cliente. Hoje, essa relação ficou muito complexa. O advogado trabalha e a lei diz que ele tem direito a um percentual, o honorário de sucumbência. Ocorre uma situação curiosa, às vezes. O montante a ser pago ao cliente é inferior ao montante supostamente devido ao advogado. Depois do julgamento, aparece nos autos um instrumento de contrato entre ele e o cliente fixando percentuais que vão de 20%, até 50%, até em prestações. A com-

petência do TRF é sobre matéria federal. Na relação do cliente com o advogado, se não há algo passível de controvérsia, o tribunal tem seguido a orientação de mandar pagar. O problema é quando os honorários são superiores ao valor da própria condenação; correspondem à sua quase totalidade, sem considerar os valores de sucumbência. E o cliente vem ao tribunal. Como é que o tribunal pode, numa área tutelar, que é a da Previdência, resolver uma controvérsia em direito privado? Nestes casos, a dúvida que temos encontrado é sobre esses valores contratados. Se a matéria é de natureza privada, temos encaminhado para a Justiça estadual. O TRF não é tribunal de natureza privada. O mais curioso é a OAB não emitir uma regulamentação a esse respeito. Se a Ordem nos desse parâmetros, talvez pudéssemos resolver. Mas o grosso dos advogados, os que atuam todos os dias aqui, não tem reclamações.

**Outra reclamação da advocacia é a obrigatoriedade de passar pelo detector de metal no acesso ao tribunal, e os juízes, não. Por que isso?**

**André Fontes** – Os advogados não são admitidos como agentes públicos, como os juízes são, no tribunal. Não fazemos perguntas particulares, não temos ciência se usa ou não arma, se sua carteira da OAB está em ordem. O tribunal respeita os advogados. No mundo inteiro, em cidades violentas,

como é o Rio de Janeiro, temos que ter cautela, sim, precisamos fazer essa identificação, controle de entrada. O tribunal opera com o crime organizado, os casos aqui são muito graves. Os policiais que vêm ao prédio deixam as armas na portaria. Por que os advogados não devem passar pelo detector? É a única exigência, como fazem os aeroportos e as agências bancárias. Não há igualdade entre advogado e juiz em matéria de segurança, os defensores públicos também precisam passar pelo controle.


Fui advogado, minha mulher é advogada, minha irmã é advogada, leciono para formação de advogados, tomo café e vou a eventos com advogados. Enfim, o único problema que nós temos é o da entrada. Espero que, ao longo dos anos, possamos chegar a uma solução comum, e os advogados não se sintam mais constrangidos. 



Foto: Luiza Aparício

CÁSSIA BITTAR E NÁDIA MENDES

**P**ara manifestar sua posição contrária à reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal, e à reforma da Previdência em discussão no Congresso Nacional, a OAB/RJ convoca entidades e representantes da sociedade civil para a audiência pública que será realizada no dia 19 de maio, às 11h, no Plenário Evandro Lins e Silva, na sede da Seccional.

O presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, rechaça as duas propostas de reformas encaminhadas pelo governo federal.

"A Seccional do Rio de Janeiro entende que este é um momento de crise profunda, não um momento de retrocesso dos direitos. Durante a década anterior, de crescimento econômico, o país chegou a ter pleno emprego sem que os direitos dos trabalhadores, consolidados na CLT, fossem qualquer empecilho. Não foram esses trabalhadores e seus direitos os responsáveis pela crise econômica, política e moral que estamos atravessando", afirma Felipe.

"Não faz sentido, então, transferirmos essa conta à parte mais fraca, os trabalhadores, ainda mais sem qualquer reflexão e usando expedientes pouco transparentes", acrescenta. Opondo-se aos dois projetos, considerados por ele um retrocesso, Felipe sustenta a posição da OAB/RJ na trincheira contra redução de direitos conquistados: "O Congresso Nacional parece convencido, em sua maioria, a jogar fora décadas de construção dos direitos sociais. A Ordem, até por sua tradição em defesa da democracia, não pode apoiar nem a atual reforma da Previdência, nem a trabalhista."

Convocada pela Seccional e organizada por sua Comissão da Justiça do Trabalho (CJT), a audiência pretende discutir com representantes da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), da Associação Carioca de Advogados Trabalhistas (Acat), do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), das centrais sindicais, da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra-1), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da superintendência do Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro, além de deputados e senadores

# OAB/RJ cri trabalhista e e convoca sociedade



Foto: Bruno Marinis

Felipe  
Santa  
Cruz

do estado, convidados para a reunião, pontos do PL 6.787/16, que propõe a reforma trabalhista, e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, chamada de Reforma da Previdência, prevista para ser votada em maio.

Com seu texto

base aprovado no dia 26 de abril na Câmara dos Deputados, a reforma trabalhista altera de maneira substancial a Consolidação das Leis do Trabalho. A proposta, que ainda precisa passar pelo Senado, vem recebendo duras críticas da advocacia e demais operadores da área, que se reuniram no dia da votação da PL em ato realizado à porta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na Rua do Lavradio.

Presente, o presidente da Comissão de Justiça do Trabalho (CJT) da Seccional, Marcus Vinicius Cordeiro, explicou que as mudanças vêm para retirar direitos dos trabalhadores. "Essa reforma está sendo feita a toque de caixa, sem ouvir amplamente os segmentos envolvidos, os trabalhadores e os empregadores honestos que acreditam na Justiça do Trabalho como uma forma de resolver conflitos. A alteração que trata da prevalência do negociado sobre o legislado pode parecer muito bonita na teoria, mas na prática significa que a lei não vai valer nada, mesmo se o acordado for a retirada de direitos. Isso vai passar a valer em detrimento da lei que foi construída durante décadas de





# tica reformas previdenciária entidades e para debate

Fotos: Lula Aparício



Marcus Vinicius Cordeiro

luta”, pondera.

Membro da CJT, Clarissa Costa reforça, apontando também a notícia divulgada pelo site *The Intercept Brasil* mostrando que lobistas e associações empresariais estariam por trás de uma em cada três pro-

postas de mudança subscritas pelos parlamentares durante a discussão da reforma. De acordo com o portal, das 850 emendas apresentadas por 82 deputados durante a discussão do projeto na Comissão especial da Reforma Trabalhista, 292 teriam sido integralmente redigidas em computadores de representantes da Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).

“Uma proposta que pretende reformular radicalmente a legislação trabalhista não pode ser aprovada com essa urgência, sem um grande debate aberto com toda a sociedade. Pelo que sabemos, lobistas de bancos, grandes indústrias e dos transportes estão por trás de grande parte das emendas da reforma”, diz ela.

## Mudanças e polêmica

Não falta polêmica na proposta da reforma trabalhista. Votado em regime de urgência pelos deputados, em um cenário de diversas manifestações contrárias às mudanças, o PL 6.787/16 tem como um dos seus pontos mais controversos fazer prevalecer o que for negociado entre patrões e empregados sobre o legislado.

Apesar de o texto original enviado pelo governo não deixar a ideia ex-

plícita, dizendo que o acordado teria “força de lei”, com as emendas, a redação deixou mais clara a proposta: os acordos terão “prevalência sobre a lei”.

“A CLT elenca todos os direitos do trabalhador. Existe um sistema protetivo do empregado, que é a parte hipossuficiente. Essa lei modifica isso, dá segurança para o empregador retirar os direitos dos empregados. Como vamos pensar em um empregado negociando com o patrão de uma empresa? Há uma relação de forças que não pode ser esquecida nesse contexto”, afirma o presidente da Acat, André Vasserstein.

Entre outros pontos que vão de encontro ao que atualmente prevê a CLT está também a mudança na ajuda de custo, que não irá mais integrar salário, de forma que parte do salário do empregado poderá ser paga por meio dessa modalidade, sem incidir nas verbas do INSS e do FGTS.

Alterações na jornada de trabalho, nas gratificações, enfraquecimento dos sindicatos – demissão em massa, por exemplo, não precisará mais ter a concordância do sindicato e a contribuição sindical será facultativa – e restrições a ações trabalhistas também são vistas como verdadeiras ameaças ao trabalhador e à própria Justiça Trabalhista pelos profissionais que atuam na área.

“Além de restringir a assistência sindical, a reforma quer também liberar acordos individuais, sem a participação dos sindicatos. Mas qual é o poder de negociação de um bancário sozinho frente ao Bradesco? Ou de um operário



Rita Cortez





Fotos: Luta Aparício

Luciano Bandeira

metalúrgico frente à CSN?”, questiona Costa. “O que não falta no Brasil é superexploração, trabalho precarizado e até análogo à escravidão. Essa reforma ignora toda essa situação e, ao invés de avançar na efetividade da jurisdição trabalhista, pode significar o início do fim da Justiça do Trabalho”, afirma a advogada.

Vice-presidente do IAB e presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/RJ, Rita Cortez considera que algumas

das normas propostas são inclusive inconstitucionais, na medida em que retiram direitos já garantidos anteriormente. “Entre outras previsões inconstitucionais, a meu ver a reforma provocará maior rotatividade no emprego, enquanto temos como princípio constitucional a permanência no trabalho. Ela fere também o princípio maior da dignidade humana, e o papel social da propriedade privada está sendo renegado nas medidas que estão sendo propostas”, observa. Em meio às manifestações no ato do TRT, ao salientar que a reforma “acabaria com a jurisprudência na Justiça trabalhista”, Cortez explicou: “Há normas da Justiça do Trabalho que são absolutamente contrárias àquilo que está sendo apreciado, analisado e votado no Congresso Nacional. Isso acaba com a jurisprudência porque você não vai ter mais decisões judiciais, terá uma lei que irá se sobrepor àquilo que os tribunais já vêm




Cléa Couto

julgando há anos. Além disso a reforma dificultará o acesso à Justiça, que é um direito constitucional”.

Ao contrário do que se prega, a mudança na legislação não irá gerar empregos, argumenta o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira. “A OAB/RJ é contra qualquer retirada de direitos, na reforma da Previdência e na questão trabalhista. Retirar direitos dos trabalhadores é um retrocesso no processo civilizatório. O Direito do Trabalho evoluiu no país como forma de proteção da sociedade, equilibrando o capital e o trabalho. A retirada desses benefícios vai desequilibrar essa relação e não vai gerar empregos. O que gera empregos é o desenvolvimento, é um projeto de país com desenvolvimento econômico”, defende.

André Vasserstein também afirma que não há relação entre a criação de empregos e as reformas. “Em nenhum lugar do mundo as reformas geraram empregos. Ao contrário, provocaram precarização”.

A presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Cléa Couto, critica o fato de se apresentarem, sem debate, duas propostas que mudarão a fundo a vida dos brasileiros. “A reforma da Previdência, junto com a trabalhista, tudo em um mesmo momento, significa que eles querem colocar a incompetência da gestão pública no colo do cidadão brasileiro”, diz. 

## Principais pontos de mudança na CLT

- **Acordado sobre o legislado:** Negociação entre empregadores e empregados prevalece em como intervalo para almoço – que pode ser de 30 minutos; participação nos lucros; planos de cargos e salários; adesão ao Seguro Desemprego; entre outros. Não podem ser negociados direitos como FGTS; 13º salário; salário mínimo; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; repouso semanal remunerado; licenças maternidade e paternidade; aviso prévio; aposentadoria, entre outros.
- **Demissão acordada:** Prevê a rescisão por acordo entre as partes, com pagamento de metade do aviso prévio, redução da multa do FGTS de 40% para 20%, férias e 13º integrais e saque de 80% do FGTS.
- **Férias:** Podem ser parceladas em até três vezes.
- **Jornada:** O limite passa para 220 horas mensais e 48 horas semanais.
- **Recontratação:** O trabalhador não poderá ser demitido e recontratado como terceirizado pela mesma empresa por um período de 18 meses.
- **Grávidas e lactantes:** Atestado médico poderá autorizar que grávidas e lactantes possam trabalhar em ambientes com insalubridade leve e moderada.
- **Contribuição sindical:** Hoje obrigatória, torna-se facultativa.
- **Rescisão contratual:** Passa a ser feita na própria empresa, na presença dos advogados do empregador e do empregado.
- **Teletrabalho (home office):** Criação desta modalidade.
- **Jornada intermitente:** Fica permitido que o trabalhador atue por apenas alguns dias da semana ou algumas horas por dia.

# O seu escritório está protegido contra reclamações?

Conheça e contrate o Seguro de RC Profissional para Advogados.



O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional protege advogados contra reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes.

Nossa vasta experiência no mercado de Responsabilidade Civil Profissional para Advogados nos permite oferecer um produto customizado, com amplas coberturas que proporcionam a tranquilidade necessária para a execução de serviços.

## O que cobre a apólice?

- Responsabilidade por ato, erro ou omissão profissional;
- Responsabilidade solidária por atos danosos de subcontratados;
- Custos de defesa (esferas administrativa, judiciais e criminais, incluindo custas judiciais e periciais);
- Danos morais, materiais e corporais;
- Difamação, calúnia e injúria;
- Perda, roubo ou furto de documentos de Terceiros em posse do Segurado;
- Âmbito de cobertura: Mundial.

## Saiba Mais:

e-mail: [rcp@kamparseguros.com.br](mailto:rcp@kamparseguros.com.br) | Tel: (21) 2141-0770  
[www.kamparseguros.com.br](http://www.kamparseguros.com.br)

a partir de 10x **R\$ 300,00\***

\*Para cobertura de R\$ 500 mil e faturamento anual de até R\$ 4 milhões.



# Reforma trabalhista: moder



IVAN SIMÕES GARCIA\*  
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO\*\*

Mais uma vez as propostas de flexibilização da legislação trabalhista reaparecem como solução para a crise econômica e o desemprego,

sob a alegação de que garantirão a efetiva proteção dos trabalhadores, o que a CLT não consegue fazer. Afirmam que a reforma irá gerar aumento dos empregos, da capacidade produtiva e competitiva e que trará maior segurança jurídica para a relação capital-trabalho. Será? Não é o que nos parece. Vejamos.

A reforma trabalhista foi apresentada pelo governo em dezembro de 2016, através do Projeto de Lei 6.787. Tratava-se de uma reforma pontual, centrada em poucos dispositivos, mas o substitutivo apresentado pelo relator desfigura o projeto e, ao cabo, a própria CLT.

Não bastasse isso, a Câmara dos Deputados desentendeu e aprovou uma regulamentação da terceirização e a ampliação das possibilidades de contratação por trabalho temporário, alterando a Lei 6.019/1974 através da Lei 13.429/2017.

## Por que mudar?

Os que defendem a reforma acusam a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei 5.452/1943) de ser uma norma velha, desatualizada em termos jurídicos e anacrônica em termos de realidade econômica, carecendo ser "modernizada".

De fato, a principal lei trabalhista tem 74 anos. Porém, é de se registrar que mais de 85% dos seus artigos foram alterados ao longo dos anos, buscando atualizar suas regras e institutos.

Mesmo assim, há insuficiências, como dispositivos que atualizem a visão empresarial. Nos países desenvolvidos,

a transparência da gestão, a democratização da informação e a função social prevalecem sobre o amesquinamento da empresa como o espelho da vontade, do controle e do poder de seus donos.

Também é preciso regulamentar diversos institutos, como o teletrabalho, e a responsabilidade por dano patrimonial e extrapatrimonial do empregador, mas antes é preciso regulamentar dispositivos constitucionais que até hoje enfrentam a omissão inconstitucional do Congresso, como a proteção contra a dispensa arbitrária e sem justa causa, proteção do salário, adicional de penosidade e proteção em face da automação, dentre outros.

Aqui é preciso compreender que, inobstante alterações feitas e insuficiências remanescentes, qualquer reforma deve compreender que o marco regulatório do Direito do Trabalho se deslocou da CLT para a Constituição, eis que esta passou a ser o centro do sistema jurídico em lugar do Código Civil e sua lógica privatista.

## O que se pretende mudar?

Como dito, a reforma se tornou muito maior do que inicialmente se previa, e isso ocorreu pela correlação de forças políticas favorável à desestruturação dos direitos garantidos aos trabalhadores e

a oportunidade de acelerar a tramitação das alterações sem maiores discussões com a sociedade.

Destaquemos que o discurso da reforma é calçado em (i) reduzir a intervenção estatal no domínio econômico; (ii) valorizar a negociação coletiva; (iii) reduzir o conceito de indisponibilidade de direitos e (iv) reduzir um suposto ativismo judicial trabalhista.

A valorização da negociação coletiva é um antigo postulado do Direito do Trabalho e encontra matriz no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição, que autoriza expressa-



# nização ou retrocesso?

mente sua possibilidade flexibilizadora nos casos de salário (7º, VI), jornada (7º, XIII) e turnos de revezamento (7º, XIV).

Como norma mais benéfica ao trabalhador, a negociação coletiva sempre prevaleceu. O que se pretende na reforma, então, é fazê-la prevalecer em prejuízo ao trabalhador, o que se mostra contrário aos ditames constitucionais.

das formas contratuais com menor proteção.

## Como diminuir custo do trabalho sem reduzir direitos?

É preciso ressaltar que o Direito do Trabalho cumpre um papel importante nas sociedades contemporâneas, atendendo não só o interesse social de integração dos trabalhadores, ao aproximá-los de uma posição de bem-estar e vida digna, mas cumprindo também a função econômica de servir ao empresariado com a formação de um mercado consumidor interno, como mecanismo que evita crises causadas pela formação de monopólios ao criar padronização no valor da força de trabalho e na organização da produção.

A rigor, o impacto da legislação trabalhista no emprego é residual, pois o que gera empregos é o aumento do nível de investimentos na economia. Mas o certo é que a flexibilização da proteção e a supressão de direitos dos trabalhadores não geram um único emprego, como têm demonstrado pesquisas feitas a respeito (por exemplo, o estudo realizado pela OIT em 2015: *World employment and social outlook*).

As intenções reveladas no substitutivo do PL 6.787/16, no plano jurídico, são fundamentalmente de ampliar as possibilidades da liberdade contratual individual, e, com isso, retomar os padrões jurídicos do Século 19 e fragmentar e enfraquecer

ainda mais a organização sindical dos trabalhadores. Trata-se de uma perspectiva que enxerga o trabalho meramente como custo e não como investimento.

No entanto, a proposta de redução do custo do trabalho suprimindo direitos e afrontando a Constituição é irracional, pois a curto prazo precariza o trabalho, reduzindo o nível de produtividade, e, a médio prazo, enfraquece o mercado interno, desindustrializa o país, solapa o desenvolvimento e deteriora a agregação social.

Uma reforma trabalhista necessária deve qualificar a remuneração e melhorar as condições de trabalho, sobretudo em termos de conhecimento para ampliar a produtividade. Deve reduzir a tributação baseada no trabalho, para diminuir o custo de produção sem suprimir direitos, e deve garantir a plena estruturação e atuação dos sindicatos para que, então, se permita a democratização das informações e da gestão da empresa, alcançando-se uma verdadeira modernização da relação capital-trabalho.

A reforma, tal como proposta, retoma o movimento iniciado nos anos 1990 de desmontar a legislação protetiva do trabalhador, propondo um verdadeiro retrocesso social travestido de modernização, a despeito do sentido de melhoria que a Constituição determina no caput do artigo 7º. Os resultados daquele movimento de desregulamentação, mesmo sem a drástica redução de direitos ora proposta, resultou em forte desemprego, sentido em todo o mundo. É preciso aprender com os erros.

*\*Advogado trabalhista, professor de Direito do Trabalho da Uerj e da UFRJ*

*\*\*Conselheiro da OABRJ e membro da Comissão da Justiça do Trabalho da Seccional*

Até porque, ao passo que homenageia o negociado sobre o legislado, a reforma traz em seu bojo o enfraquecimento dos sindicatos, ao negar seu acesso ao financiamento, com o fim da contribuição sindical, malgrado mantenha as obrigações de assistência jurídica gratuita e a elaboração dos acordos e convenções coletivas, sendo, ainda, agravada sua situação com a proibição, pelo STF, da cobrança da contribuição assistencial de não associados.

Assim, a negociação coletiva, sobretudo num contexto de sindicatos fracos ou fragilizados, não pode servir de instrumento para transgredir os limites constitucionais de proteção ao trabalho.

Em relação à restrição da indisponibilidade de direitos trabalhistas, a reforma faz isso mediante a flexibilização de direitos individuais do trabalhador e a ampliação



# Advogados passam a ter atendimento exclusivo nas consultas ao ITD

A unidade da Secretaria de Estado de Fazenda responsável pelo recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) no município do Rio de Janeiro passa a oferecer atendimento especial aos advogados. A decisão foi sacramentada no dia 5 de abril, com a assinatura de convênio entre a OAB/RJ e a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE). Além do recebimento preferencial para advogados, ficou acertada a transferência do posto de recolhimento da Praça da República para local próximo do Fórum. O atendimento deverá ser agendado pela internet no endereço [goo.gl/lpCraE](http://goo.gl/lpCraE).

O encontro aconteceu na sede da PGE, no Centro. "Hoje é um dia histórico e de grande alegria. A parceria e a compreensão da Procuradoria em relação à grande dificuldade enfrentada pela advocacia foi fundamental para conseguirmos esta vitória. A medida vai melhorar muito o cotidiano dos colegas", ressaltou na ocasião o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz.


O convênio foi assinado por Felipe e pelo procurador-geral do Estado, Leonardo Espíndola, após a Seccional impetrar ação civil pública contra o estado, reclamando das poucas senhas distribuídas aos advogados.

Pelo acordo, os colegas passam

a contar com um guichê exclusivo na unidade fiscal do ITD no Rio e podem consultar até cinco processos por vez. Anteriormente, havia limite de apenas um por atendimento. O posto funciona no edifício Estácio de Sá, na Avenida Erasmo Braga, 118, próximo ao Fórum e à Casa do Advogado.

Espíndola salientou que ambas as partes saem ganhando com a parceria. Ao mesmo tempo em que os advogados têm seu cotidiano melhorado, o estado aprimora a arrecadação. "Estamos facilitando a vida de quem quer pagar o tributo", disse.

Presente ao encontro, o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Ordem, Luciano Bandeira, destacou que "a vida do advogado será significativamente facilitada com esse gesto do governo estadual". O procurador do estado Flávio Willeman, um dos responsáveis pelas negociações para o acordo, também acompanhou a reunião.

O ITD deve ser recolhido em duas situações: quando há transferência de recursos ou patrimônio por herança, e quando há doação de dinheiro ou outros bens. No caso do Estado do Rio de Janeiro, as alíquotas são de 4,5% ou 5%, dependendo do valor fixado para a base de cálculo. O pagamento fica a cargo do herdeiro ou a pessoa que recebe a doação. 

## OAB/RJ obtém mais uma vitória no combate à mercantilização




Fábio Nogueira

Atendendo à Ação Civil Pública ajuizada pela OAB/RJ, a juíza federal Frana Elizabeth Mendes, da 26ª Vara Federal da Capital, deferiu o pedido de tutela antecipada e impede a Vipworks Prestação de Serviços em Informática de praticar quaisquer atos inerentes e privativos dos advogados.

Segundo a Seccional, a empresa, cuja finalidade social declarada é o desenvolvimento de programas de computador, promove mercantilização por meio do endereço eletrônico [queroprocessar.com](http://queroprocessar.com): "Há publicidade irregular dentre diversas outras infrações à Lei Federal 8.906/94 e ao Código de Ética", diz o documento da Ordem.

Uma das propostas apresentadas pelo site da empresa é a de buscar advogados, sem custos iniciais, para representar cidadãos lesados que desconheçam seus direitos. "Existe, ainda, o instrumento de Oferta Exata, pelo qual o cliente informa a proposta que aceita, ganhando o primeiro advogado que ofertar tais condições. Trata-se de um verdadeiro leilão dos serviços advocatícios, através do qual o advogado associado, para patrocinar o caso, admite a cobrança de quaisquer valores pelos serviços que serão prestados, ignorando a tabela de honorários determinada pela OAB/RJ", aponta o procurador-geral da Seccional, Fábio Nogueira.

Para a magistrada, tais atos caracterizam-se como exercício irregular da advocacia. "No caso de indeferimento da tutela pleiteada, a ré permanecerá praticando a ilegalidade impugnada, com potencial lesivo não apenas aos princípios da advocacia, mas também aos clientes que viessem a atender até o julgamento final da demanda", concluiu a juíza. 



Felipe Santa Cruz,  
Leonardo Espíndola  
e Luciano Bandeira

Foto: Bruno Martins



# Banco do Brasil garante normalidade em saques de depósitos judiciais

Em resposta aos questionamentos da OAB/RJ, a gerência do Banco do Brasil informou que todas as ordens referentes a levantamentos de depósitos judiciais estão sendo cumpridas normalmente. Em abril, a Seccional, por meio de ofícios enviados ao Tribunal de Justiça, ao governo estadual e à gerência do banco, questionou a efetividade do serviço. A dúvida surgiu após denúncias de advogados que, ao tentarem receber os mandados de pagamento, eram informados de que não havia saldo suficiente no Fundo de Depósitos Judiciais.

A Ordem, por meio de sua Procuradoria-Geral, irá oficiar ao Banco do Brasil, novamente, para verificar o saldo do fundo de reserva. "Permaneceremos vigilantes quanto ao tema e não aceitaremos desvios de finalidade na utilização desses recursos", assinalou o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz.

Durante entrevista à rádio *CBN*, em abril, o procurador-geral do Estado, Leonardo Espíndola, esclareceu que uma parte da verba do Fundo de Depósitos

Judiciais foi utilizada pelo governo, com base em projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2014. Segundo ele, foram retirados 37,5% do total de recursos disponíveis à época na conta gerida pelo Tribunal de Justiça.

"A utilização desse montante foi exclusiva na recomposição do Rio Previdência. Havia reserva suficiente para pagar todas as indenizações", afirmou o procurador-geral, lembrando que o ingresso de recursos no Fundo de Depósitos Judiciais é sempre maior do que a retirada.

Espíndola ressaltou que, como o governo não possui ingerência sobre essa conta, os recursos não podem ser atingidos por arrestos judiciais em nome da União para cobrar dívidas do estado. O procurador disse ainda que a devolução dos valores cedidos ocorre de forma gradual, obedecendo cronograma pré-estabelecido. "Estamos buscando todas as informações para prestar os esclarecimentos à OAB/RJ", salientou na ocasião.

## Nova edição do Curso de Prerrogativas lota plenário



A Comissão de Prerrogativas realizou, no dia 12 de abril, a segunda edição do Curso de Prerrogativas da Capital. Ao contrário da primeira edição, que foi restrita aos delegados da comissão, desta vez, para participar, bastava apenas se inscrever pelo site da Seccional, mesma diretriz adotada para a próxima edição, dia 31 de maio.

O procurador-geral da Seccional, Fábio Nogueira, que também coordena as comissões temáticas da casa, celebrou a parceria firmada entre a procuradoria e a comissão. "Foi criada uma rede de defesa das prerrogativas em todo o estado. As 63 subseções têm uma comissão de prerrogativas, mas precisamos do apoio de todos os advogados. É importante que denunciem as violações. É fundamental levar essas questões à Corregedoria do Tribunal de Justiça", defendeu.

O procurador da Comissão de Prerrogativas, Ramon Teixeira, explicou que o curso faz parte do projeto de fortalecer no advogado a consciência de ser o primeiro defensor de suas prerrogativas. Sete subseções do Norte Fluminense já receberam aulas, que se estenderão a todas as unidades da Ordem no estado (*Leia mais na página 41*).

## Ordem debate crise no Rio e impedimento de Pezão

Na sessão do dia 4 de maio, o Conselho Seccional deu seguimento ao debate sobre o impedimento do governador Luís Fernando Pezão. A Comissão de Direito Constitucional da casa apresentou parecer reconhecendo a viabilidade jurídica do pedido, que terá agora a relatoria do decano do conselho, Marcos Bruno, e será votado na próxima sessão, dia 18 de maio.

A ação é um desdobramento da audiência pública que aconteceu em 18 de abril, com a participação de diversas entidades da sociedade civil e autoridades públicas, para debater a situação de calamidade pública do Estado do Rio de Janeiro. Foi decidida na ocasião a criação de um comitê institucional de crise, composto por representantes da OAB/RJ e de conselhos profissionais como o de Medicina, o de Enfermagem e o de Contabilidade, entre outras entidades.

Foto: Bruno Martins



Conselho e entidades discutiram estado de calamidade

Em 2016, a Justiça do Trabalho sofreu cortes drásticos no orçamento – cerca de 30% nas despesas de custeio e de 90% dos recursos de investimento –, o que levou a protestos da Ordem, da magistratura e de diversas entidades. Por outro lado, houve aumento do desemprego, em função da crise econômica, e aumentou o número de ações tramitando na área. Com a reforma trabalhista em curso no Congresso – a terceirização seria um primeiro passo –, muitos advogados e juízes passaram a alertar para a grave situação dessa Justiça especializada. Diante desse cenário, a TRIBUNA perguntou aos advogados:

## Você acha que a Justiça do trabalho vem sendo precarizada?



"Acho que a Justiça do Trabalho é totalmente ineficiente. O custo dela é quatro ou cinco vezes maior do que todas as indenizações já pagas. Não há uma prestação jurisdicional de fato. Seria mais lógico usar esse investimento de seu custeio para criar um fundo e indenizar os trabalhadores. A Justiça trabalhista é mais célere que a comum, mas é contraproducente para a nação. Os magistrados deveriam estar atendendo em outros tribunais."

**Delio Aloisio de Mattos, advogado**



"Minha maior insatisfação com a Justiça do Trabalho é quanto ao sistema eletrônico. Em comparação com a Justiça Federal, é horrível. É difícil de trabalhar, o sistema está sempre caindo. Estou aqui na OAB/RJ hoje para resolver um problema do sistema eletrônico que não consegui lá. E as mudanças que se anunciam na legislação trabalhista também são preocupantes, a gente não sabe como vai ficar."

**Simone Paes da Fraga, advogada**



"Acho que a Justiça do Trabalho está sendo muito precarizada. Não atuo diretamente nessa área, mas acompanho alguns casos e vejo que, em certas situações, espera-se anos por um resultado. Muito difícil trabalhar assim. Podia melhorar, tanto para os advogados quanto para as partes."

**Nancy Fernandes, advogada**



“Ela vai acabar, se depender desse governo, que nem é um governo na minha opinião. O Brasil sempre foi dos patrões, de certa forma, e claro que a Justiça do Trabalho é uma conquista histórica do povo brasileiro, que deve ser preservada. Tem muito que melhorar porque os juízes são elitistas, não são trabalhadores urbanos, e nem sempre conseguem alcançar a realidade do trabalhador brasileiro – e da trabalhadora, sobretudo, porque a realidade da mulher é outra. Com a reforma e a perda das conquistas da CLT, que já são poucas, estamos no caminho errado.”

**Antonia Pereira Gay,**  
**advogada**



“Creio que está sendo muito precarizada. Muitas vezes o advogado se depara com situações difíceis e, embora haja o sistema eletrônico e a chance de resolver pela internet, acaba tendo que ir presencialmente.”

**Leonardo Lichote,**  
**advogado**



“Com essas últimas mudanças, acredito que a Justiça do Trabalho está sendo valorizada. Vai melhorar a relação trabalhista, e melhorando essa relação há benefício para advogados e partes.”

**Almerindo Romero Pereira,**  
**advogado**



“Está mais atenciosa com os advogados, procurando ouvir os profissionais. Os próprios servidores têm ajudado bastante o nosso trabalho, no meu entender, tanto na capital quanto na Baixada Fluminense, onde atuo.”

**William de Oliveira Mambreu,**  
**advogado**



## VITOR FRAGA

O governo federal pode deixar cerca de cinco mil comunidades quilombolas sem sua titulação, documento que garante a esses grupos a permanência definitiva nas terras ancestrais. Em resposta a uma solicitação de informações sobre a demarcação de um quilombo no município de Rio Claro (Sul Fluminense), ofício emitido no mês passado pela Casa Civil comunica “a devolução à Sead (Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário) de todos os processos relacionados com a matéria território de quilombolas”. A medida, na prática, suspende temporariamente a emissão de novos títulos de reconhecimento para Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) em todo o país. A pasta sustenta que a medida vigoraria até que o Supremo Tribunal Federal (STF) conclua o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ajuizada em 2004) sobre a legalidade do processo de demarcação – não há previsão de quando a matéria entrará na pauta.

Em 2003, um decreto do então presidente Luís Inácio Lula da Silva garantiu às comunidades o direito ao autorreconhecimento, regulamentando a entrada e a tramitação de ações para titulação – e iniciando um movimento que em pouco mais de dez anos levou quase três mil CRQs a solicitarem certificação à Fundação Cultural Palmares (FCP), segundo dados de maio de 2016 da própria entidade. O processo iniciado na fundação culmina com a titulação definitiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No entanto, não existe nenhuma determinação do Supremo para a suspensão da validade do decreto que regulamentou os procedimentos para certificação e titulação

de quilombos. Em outras palavras, a lei questionada no STF continua em vigor, e a suspensão das titulações é uma decisão unilateral do governo. A TRIBUNA conversou com representantes de movimentos e associações, que criticaram o ofício da Casa Civil, entre outros motivos por considerá-lo parte de uma mudança de rumos na política para o setor. E traz, também, depoimentos que contam um pouco das inúmeras histórias de luta por reparação – parte deles obtido pelo trabalho da Comissão de Direitos Humanos (CDHAJ) da OAB/RJ.

### Política nacional

O Decreto 4.887/03 definiu ritos e critérios para a demarcação dos territórios remanescentes das comunidades dos quilombos, definidos como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Desde então,


a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que era responsável por todas as etapas de reconhecimento, passou a ser a porta de entrada do processo, emitindo a certificação de autorreconhecimento das comunidades, dentro do Programa Brasil Quilombola. Esse é o primeiro passo de uma longa caminhada para um processo que termina com a titulação coletiva outorgada pelo Incra.

Antes do processo de titulação de terra, as comunidades devem ser certificadas pela Fundação Palmares, com base na auto-declaração. Aí abre-se o processo no Incra para o reconhecimento do território quilombola. É realizado então o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), com uma série de levantamentos fundiários, socioantropológicos e agroambientais, além de cadastros de famílias, entre outras atividades. Em seguida, é emitida portaria de reconhecimento do Incra, e a última etapa é a emissão do título.

No Brasil, 257 grupos tinham conseguido dar entrada em suas ações. Em

# Quilombolas, a longa

## Competência para titulação passa à Casa Civil, que suspende novas outorgas. Representantes dos grupos criticam mudança de política para esses territórios



Menina aprende a tocar atabaque na comunidade de São José da Serra (Valença)

# espera pelos títulos das terras

2016, esse número havia subido para quase três mil. Atualmente, existem 210 títulos emitidos, regularizando 1.046.300 hectares em benefício de 151 territórios, 241 comunidades e 16.009 famílias quilombolas, assim distribuídos: de 1995 a 2002 foram expedidos 44 títulos em benefício de 41 territórios, 89 comunidades e 6.459 famílias quilombolas; de 2003 a 2010, foram 78 títulos para 63 territórios, 102 comunidades e 5.147 famílias; e de 2011 a 2015, foram 88 títulos para 41 territórios, 50 comunidades e 4.403 famílias, segundo dados do Incra. Existem outros 1.536 processos em regularização –

já estarem em tramitação, são esses o afetados mais diretamente. Estimativas das associações indicam que há mais de cinco mil comunidades quilombolas em todo o território nacional.

Durante idas e vindas da reforma administrativa realizada por Michel Temer ao assumir interinamente a Presidência da República, um ano atrás, tanto o Incra quanto a competência para a titulação foram transferidos de pasta por três vezes. Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao qual o Incra era vinculado, a Medida Provisória (MP) 726, publicada no dia da posse de Temer,

transferiu a regularização das terras quilombolas para o Ministério da Educação e Cultura. Retificada após uma semana, a MP reconduziu a responsabilidade para o Incra. Em nova mudança dias depois, tanto o Instituto quanto a administração das solicitações foram integrados à Casa Civil, chefiada por Eliseu Padilha.

Até poucos dias antes da posse de Temer, o Incra publicou rotineiramente portarias de reconhecimento e Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). A elaboração do RTID, a cargo de uma equipe multidisciplinar, é uma das etapas mais complexas do processo de

regularização de territórios quilombolas. É composto de vários elementos, colhidos em parceria com entidades privadas, instituições de pesquisa, universidades e outros grupos. Um dos fatores mais importantes é o relatório antropológico, que contém informações históricas, cartográficas, fundiárias, agrônômicas e ambientais. Em maio de 2016, a FCP certificou 143 novas comunidades quilombolas. O que se teme é que os processos fiquem parados diante da posição do governo federal de aguardar a decisão do STF.

A mudança de rumos é criticada pelo coordenador nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Denildo Rodrigues. “Não é apenas o ofício da Casa Civil, estamos vendo um conjunto de ações, todo um processo de desmonte da política pública com relação aos territórios quilombolas, que está inserido em um contexto de desmonte da política de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Isso começa ano passado, logo após o processo de impeachment”, afirma. Ele critica as mudanças e as indefinições nos rumos da política nacional para os territórios. “A regularização das terras quilombolas, que estava no MDA, foi para a Fundação Palmares, ligada ao MEC. Agora se encontra na Casa Civil, e

isso para nós é muito ruim. Já era ruim estar no MEC, porque quem estava assumindo o ministério naquele momento era o partido que apresentou uma ADI contra os direitos quilombolas no STF, no caso, o DEM. Era a raposa tomando conta do galinheiro”, resume Rodrigues.

No mês passado, o procurador da República Júlio José Araújo Júnior, de Volta Redonda, enviou à Casa Civil um pedido de informações sobre a demarcação do quilombo Alta da Serra do Mar, que fica em Rio Claro, no Sul Fluminense. Segundo reportagem publicada pela *BBC Brasil* em 18 de abril, a resposta da pasta, assinada pelos assessores Alexandre Freire e Erick Bill Vidigal, foi remetida ao Ministério Público Federal (MPF), afirmando que a legalidade da demarcação de áreas teria sido posta em dúvida pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.239 – levada ao STF em 2004 pelo então PFL, atual DEM. “Tudo recomenda”, escreveram, “aguardar o desfecho do julgamento, a fim de se observar o princípio constitucional da segurança jurídica”.

Para os defensores da política de demarcação das terras, o governo estaria se antecipando à decisão do Judiciário. A suspensão de titulações por tempo indeterminado é inédita desde o início das regularizações, em 1995. É impossível desconsiderar o contexto atual do intenso lobby da bancada ruralista no Congresso para a revisão da política para comunidades tradicionais e indígenas. Recentemente, o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, declarou em entrevista que não apoiaria indígenas nem ruralistas, acrescentando que bastaria dar “boas condições de vida” aos indígenas, e que estes deviam “parar com essa discussão sobre terras” porque não “enche barriga”.

Rodrigues avalia que a reforma ministerial significou a “destruição de instrumentos de políticas públicas”

Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados



**Denildo Rodrigues**

importantes para os quilombolas. “Hoje, há vários processos parados na Casa Civil, sem resposta. Esse ofício veio coroar o processo de mudança de rumos da política para os territórios quilombolas de maneira vergonhosa, com racismo institucional explícito contra um setor da sociedade. Quando alguma lei está sendo questionada no STF e não foi julgada ainda, está em vigência. Portanto, a Casa Civil jamais poderia dar um parecer como aquele, que só reforça nossa indignação”, critica Rodrigues.

Educadora popular, Elaine Monteiro é coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, programa ligado à Faculdade da Educação da UFF, em parceria com 15 comunidades. “Foi também uma parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e outras entidades. Após o reconhecimento do jongo como patrimônio imaterial, as próprias comunidades pediram para criarmos o Pontão aqui na UFF, por ser uma universidade pública. O reconhecimento do patrimônio cultural está ligado à luta pela terra, ao direito à educação”, diz ela, que considera que, desde a mudança de governo, o processo parou. “As comuni-



**Marcelo Chalhó e Jorge dos Santos, o seu Pingo**

Foto: Lula Aparício





**Moradora da comunidade da Rasa (Búzios)**

dades ficaram um tempo sem referência em relação a quem está no Incra, como vai funcionar a nova gestão. Acompanhando os processos, vemos que o que está em jogo na verdade é a terra. E no Brasil, terra é poder. Os proprietários não pensam na garantia de um direito, pensam em não ceder suas terras para uma comunidade negra, que sempre trabalhou em situação de escravidão no Brasil”, afirma a educadora, citando um processo ajuizado em Barra do Piraí, no qual um proprietário tentou impedir a desapropriação de suas terras e, após ser vencido por uma decisão judicial, “destruiu o que pôde” antes de entregar a fazenda.

“O que está em jogo é a perda de direitos. Quando se fala em garantias pelo Estado, levar a decisão para a ADI é tirar a questão dos direitos do Executivo e colocar apenas na mão do Judiciário”, denuncia Monteiro, que cobra mais agilidade no reconhecimento e na titulação. “As comunidades têm outra relação com a terra, ela não é um produto a ser mercantilizado. O seu Zé Adriano, do Quilombo Santo Antônio do Bracuí, fala que ‘a terra é mãe’, que terra não se vende. O neto dele diz a mesma coisa. Os

jovens do quilombo querem estudar, mas não querem sair dali, e a titulação é uma forma de permanência. Para eles, a terra é a demanda principal, cujas relações de sociabilidade, identidade e valores são diferentes”, completa.

### **Rio de Janeiro tem cerca de 30 comunidades**

Segundo informações da Fundação Palmares, existem no Rio de Janeiro hoje 36 comunidades certificadas, sendo cinco na capital, algumas delas em área urbana (veja, no box da pág. 22, lista das comunidades quilombolas fluminenses certificadas). Dessas, quatro tiveram os decretos de titulação publicados em Diário Oficial: Preto Fôrro (Cabo Frio), São José da Serra (Valença), Santana (Quatis) e Cabral (Paraty). Três estão na cidade do Rio: Pedra do Sal, Sacopã e Camorim.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalréo, a questão central é a luta pela titularidade da terra. “A posse eles já têm. É uma luta de décadas, e começa a tomar uma forma mais orgânica e expressiva a partir de final dos anos 1970. A Constituição de 1988 determina que o governo deve reconhecer e titular as terras identificadas como quilombolas. Alguns desses quilombos têm 100 anos ou mais”, argumenta. Ele ressalta que a comissão participa há alguns anos de reuniões com as associações quilombolas, na tentativa de auxiliar os processos de certificação e reconhecimento, “orientando no que diz respeito a documentos”, além de contribuir para a articulação delas com diversos setores da sociedade. “Temos acompanhado alguns processos junto ao Incra, em particular na comunidade do Camorim (Zona Oeste), mantendo os canais de diálogo da sociedade democrática. É uma luta por um direito previsto na Constituição e é o mínimo que o Estado brasileiro deve após séculos de escravidão. Como temos compromissos com os direitos humanos e as garantias constitucionais, é nosso papel lutar pela efetividade desses direitos”, diz. Ao longo de 2016, foram realizadas diversas visitas da CDH a comunidades no território fluminense, e também a alguns locais fora do estado, a convite de outras organizações.

A TRIBUNA visitou o Quilombo do

Grotão, que existe desde os anos 1920, em Niterói, e foi um dos últimos a receber a certificação, em 2016. Os quilombolas enfrentaram, como muitos, a questão da especulação imobiliária. “Chegaram a vir pessoas trazendo compradores. Nos anos 1950, botavam fogo nas plantações. Meu avô, Manoel Bomfim, trabalhou durante 28 anos para a fazenda, desde a década de 1920. Quando a fazenda faliu, o que foi dado a ele foi essa terra e mais duas mil mudas de banana”, conta o líder da comunidade, José Renato da Costa, conhecido como Renatão do Quilombo. Nos anos 1980, um estudo da UFF sobre a chuva na Serra do Mar gerou o movimento que criou o Parque da Serra da Tiririca. “Veio o pessoal da academia, e em 1992 conseguiram criar o parque. Com menos de 10 anos, começaram a mudar os limites, desapropriaram lotes e retiraram



**Jongo na comunidade de São José da Serra (Valença)**

algumas casas. Aí recomeçou a luta pela terra”, acrescenta.


Renatão diz que, em 2005, uma emenda do deputado Marcelo Freixo (PSOL) garantiu que as casas dos moradores que estavam no local há mais de 50 anos não seriam desapropriadas. “Mas o movimento não para, essa foi uma ação provisória. É sempre preciso enfrentar a adequação à questão do Estado. Nossa luta aqui foi para poder plantar e permanecer com as atividades culturais. Já temos a certificação, mas não a titulação da terra. Só então teremos certeza de que as futuras gerações do quilombo podem ficar tranquilas. Mas isso vai ser um avanço do movimento. A gente nunca pode se dar por satisfeito, a cada hora tem uma posição política que muda muito a vida”, resume o líder quilombola. As irmãs, o filho e os sobrinhos dele trabalham na manutenção da comunidade, e apenas as atividades culturais envolvem cerca de 70 pessoas. Durante um período de 45 dias que exerceu o mandato de vereador pelo PSOL em Niterói, em 2013, Renatão do Quilombo foi responsável pela criação do Dia de Resistência das Comunidades Tradicionais (dia 3 de agosto). “Entidades como a OAB/RJ, as universidades, são parte integrante

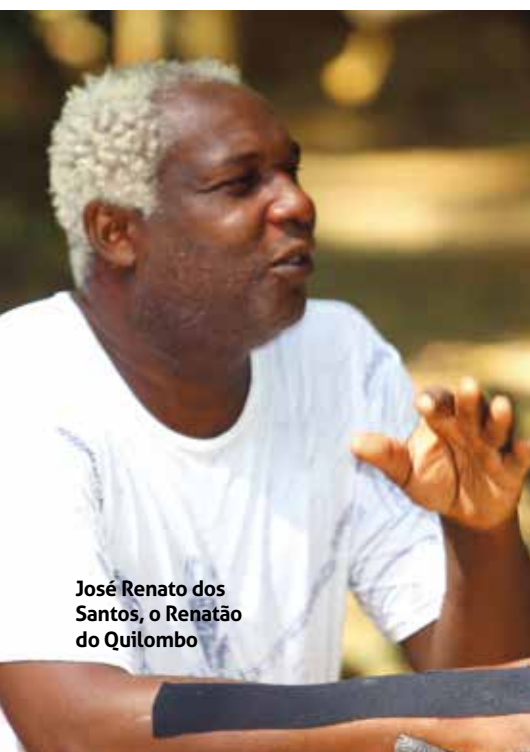
da luta, que não é só nossa, é também da sociedade. Se essa luta fosse de todos, nosso estado não estava tão violento. A violência em si está na falta de atenção, pela não integração das pessoas na sociedade. O que vemos hoje é resultado disso. Não pode haver apenas a lei no papel e ela não ser cumprida. O que mais acontece é injustiça, em especial com o povo quilombola”, salienta.

Entre os depoimentos colhidos pela CDH da OAB/RJ, um dos mais significativos foi o de Jorge dos Santos, conhecido como seu Pingo, que foi líder do Quilombo Cafundá Astrogilda, em Vargem Pequena (Zona Oeste). Seu Pingo faleceu no final de 2016, aos 70 anos, alguns meses após a entrevista à comissão: “Quando a escravidão foi abolida, mandaram todos embora das fazendas da região. Os escravos foram ocupando as terras chamadas de ‘os ermos do cafundó’, de onde veio o Cafundá. Eram terras inóspitas, ninguém queria. Meu pai se criou aqui, desde os anos 1920, conseguiu sobreviver da agricultura e criar os filhos com a roça. Só íamos lá embaixo no armazém comprar querosene, sal e farinha de rosca. Quase não existia médico naquela época, as pessoas vinham aqui procurar meu pai, Celso, que tinha um centro de tratamento



Foto: Arquivo pessoal

espiritual, com base na umbanda. Ele trabalhava também com homeopatia, através de plantas medicinais. Era autodidata, utilizava um livro como referência. Manter essa terra como área quilombola é importante para preservarmos memória dos nossos antepassados”. 



José Renato dos Santos, o Renatão do Quilombo

Foto: Lúlia Aparício

## Comunidades reconhecidas no Rio de Janeiro

Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis)	Ilha de Marambaia (Mangaratiba)
Alto da Serra do Mar (Angra dos Reis/Rio Claro)	Fazenda Santa Justina/Santa Isabel (Mangaratiba)
Sobará (Araruama)	Cruzeirinho (Natividade)
Tapinoã (Araruama)	Grotão (Niterói)
Boa Esperança (Areal)	Cabral (Paraty)
Rasa (Búzios)	Campinho da Independência (Paraty)
Baía Formosa (Búzios)	Tapera (Petrópolis)
Preto Forro (Cabo Frio)	Santana (Quatis)
Botafogo (Cabo Frio)	Machadinho (Quissamã)
Maria Joaquina (Cabo Frio)	Família Pinto (Rio de Janeiro)
Maria Romana (Cabo Frio)	Pedra do Sal (Rio de Janeiro)
Fazenda Espírito Santo (Cabo Frio)	Cafundá Astrogilda (Rio de Janeiro)
Caveira (Cabo Frio/São Pedro d'Aldeia)	Camorim/Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro)
Conceição de Imbé (Campos dos Goytacazes)	Dona Bílina (Rio de Janeiro)
Cambucá (Campos dos Goytacazes)	São Benedito (São Fidélis)
Aleluia (Campos dos Goytacazes)	Deserto Feliz (São Francisco de Itabapoana)
Batatal (Campos dos Goytacazes)	Barrinha (São Francisco de Itabapoana)
Maria Conga (Magé)	São José da Serra (Valença)

# Colegas têm 20% de desconto em parceria com curso iModum

A plataforma de cursos online direcionada aos estudos jurídicos iModum firmou, em abril, uma parceria com a OAB/RJ que proporciona 20% de desconto aos advogados regularmente inscritos na Ordem.

Atualmente, estão disponíveis mais de 20 cursos e a cada mês novos temas são adicionados. As aulas são disponibilizadas em diferentes formatos: cursos 100% online ministrados por videoaulas; todo online em texto e pdf; e mistos, com aulas online e presenciais. Os materiais são desenvolvidos sob as normas da Escola de Magistratura da Justiça Federal e amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Direito Internacional, Constitucional, Trabalhista, Penal, Ambiental, Eleitoral, direitos humanos, entre outras matérias como responsabilidade civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Fazenda Pública em juízo de acordo com o novo Código de Processo Civil são alguns dos temas já disponíveis para compra, com desconto para os


advogados do Rio de Janeiro.

Diretor do curso, o juiz da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Capital, Pedro Henrique Alves acredita que a parceria ajudará a divulgar para mais advogados temas que considera de extrema importância para a prática jurídica: "Acredito muito que a educação é capaz de mudar uma realidade. Criamos o iModum com essa perspectiva, procurando proporcionar aulas ministradas pelos melhores profissionais de cada área", explica ele.

A programação de cursos presenciais pela parceria se iniciou com o tema *Recuperação e falência – a Lei 11.101/2005 e a administração judicial*, que está sendo realizado em maio. As lições apresentam fundamentos de leis e dispositivos legais para proteger uma empresa falida, como viabilizar a superação de crise econômica de uma empresa devedora,

entre outras questões sobre recuperação judicial. As aulas também serão disponibilizadas aos inscritos em formato de vídeo e estudo dirigido online.

O custo do curso para não inscritos na Ordem é R\$ 1.500, sendo o valor à vista R\$ 899. No entanto, para os advogados da OAB/RJ o investimento final é de R\$ 719,20 (já considerando os 20% de desconto). A inscrição pode ser feita através do site da Seccional.

Os cursos iModum podem ser acessados por computador, celular ou tablet, numa plataforma simples, com inscrição e início imediato. Um chat ao vivo fica disponível para que os colegas possam tirar dúvidas. Na conclusão das aulas, o aluno é avaliado e certificado. 



**CURSO**  
Recuperação e Falência  
A Lei 11.101/2005 e a Administração Judicial

Professores renomados em recuperação judicial e falência, com enfoque nas ações, Administração Judicial e seus desdobramentos.

Investimento  
12x R\$ 87,78

APROIO

OABRJ CMNM ACRio

iModum

  
Alexandra Cunha  
advogados

- Tribunais na Europa
- Vistos para Europa e EUA
- Inscrição na Ordem dos Advogados em Portugal e Itália
- Nacionalidade portuguesa, italiana e espanhola

#### Brasil

Av. das Américas, nº 3120  
Bloco 1, sala 202, Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 22640-102  
Tel.: 00 55 21 98131-0519 / 3596-4992  
OAB/RJ, nº 110.628

#### Estados Unidos

5401 S. Kirkman Road, Suite 310  
Orlando, FL - 32819  
Tel.: 00 1 321 314-0343

#### Portugal

Av. da Boavista, nº 1.167, sala 7.1  
Porto, 4100-130, Portugal  
Tel.: 00 351 9660-50894 / 2260-90304  
OA, nº 11.065P

[ac@alexandracunhaadv.com](mailto:ac@alexandracunhaadv.com)



# Abuso de legislação



JOÃO PEDROPÁDUA\*

Uma multidão fechava a pista da Avenida Delfim Moreira. Era 2007, cerca de 19h, e aquela tinha sido a maior Marcha da Maconha. Os remanescentes das quase 10 mil

pessoas se encaminhavam para o local da dispersão, guiados por um carro de som. Subitamente, uma picape do Batalhão de Choque da PM forçou a sua entrada na frente do carro de som. Além de bloquear o caminho, a picape quase atropelou várias pessoas. Os policiais, com roupas camufladas e cara fechada, carregavam ostensivamente espingardas de bombas de gás. Um garoto qualquer jogou uma lata de cerveja na direção da picape. Ela passou longe de acertar qualquer policial, mas foi o suficiente. Estouros anunciaram bombas de gás lançadas em várias direções, a esmo. Policiais pularam de dentro do veículo com cassetetes e começaram a golpear-los em qualquer direção. Os policiais convencionais que faziam o acompanhamento do evento também pegaram seus cassetetes e se juntaram aos colegas. Eu estava tentando demover os manifestantes de participar da confusão quando vi olhar vidrado do policial que veio na minha direção com o cassetete levantado. Só consegui fazer uma esquivada parcial. O cassetete pegou de raspão no meu peito.

Horas mais tarde, na porta da delegacia, encontrei o capitão que era o líder do grupo dos agentes que fazia o acompanhamento da Marcha. Como

tinha conversado com ele antes e me pareceu uma pessoa razoável, fui reclamar, inclusive do golpe que tinha levado.

“Pode ter sido até eu mesmo quem deu o golpe”, me disse ele num tom civilizado. “Nessa hora, a gente não distingue mais nada. Não foi pessoal.”

Como o Estado serve para fiscalizar condutas e mediar potenciais conflitos de interesse, assim como promover valores previstos na ordem jurídica, seus agentes multam, prendem, acusam, condenam e interditam. Esses poderes, embora necessários para que o Estado desempenhe suas funções, podem ser abusados. Montesquieu, no fim do Século 18, advertia que o poder corrompe e, por isso, precisa ser controlado.

Como em qualquer criminalização, a do abuso de autoridade parte da assunção de que a ameaça de punição dos agentes que extrapolam seus poderes incentiva esses agentes a não extrapolá-los.

Atualmente temos uma Lei de Abuso de Autoridade (4.898/1965) e alguns tipos no Código Penal que incriminam condutas abusivas de agentes do Estado. A Lei 4.898 foi editada no segundo ano da ditadura militar. Ela é, ao mesmo tempo, muito abrangente e muito restritiva. O artigo 3º, uma aparente norma incriminadora, está em desuso porque praticamente torna crime qualquer violação de direito individual. “Constitui abuso de autoridade qualquer atentado: a) à liberdade de locomoção”, por exemplo, não permite imaginar qualquer conduta específica – e, por isso, seria, ela mesma,

uma violação ao princípio da legalidade estrita.

O artigo 40 tem modelos de conduta. Alguns deles bastante similares aos propostos no PLS 280/2016 e no PLS 85/2017 (vide a seguir). “Constitui também abuso de autoridade: a) ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder”, por exemplo, já parece mais com um tipo penal. Mesmo assim, dificilmente algum agente é punido por esses crimes também.

O senador Renan Calheiros apresentou o PLS 280/2016, cujo texto em grande medida se baseava em projeto de 2009 apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Raul Jungmann. O senador Randolphe Rodrigues apresentou o PLS 85/2017, como uma reação ao projeto anterior, usando texto sugerido pelo procurador-geral da República. Ambos foram apensados e encaminhados ao mesmo relator, o senador Roberto Requião, que apresentou, recentemente, uma emenda substitutiva unificando e modificando-os. Trataremos a seguir desse substitutivo, que está em discussão no Congresso.

Uma das justificativas do PLS 280/2016 foi que a Lei 4.898/1965 estaria “defasada”. Ela precisaria “ser repensada, em especial para melhor proteger os direitos e garantias fundamentais constantes da Constituição de 1988”. Para isso, no lugar das nove alíneas do artigo 4º da Lei 4.898/1965, previa 29 artigos de normas incriminadoras, com outros tantos parágrafos contendo figuras de equiparação. Essa não parece ser uma questão controversa. O substitutivo do senador Requião, baseado no PLS 85/2017 quanto à redação das normas incriminadoras, manteve as mesmas 29, além de adicionar artigos em outras leis (inclusive na Lei 8.906/1994, onde adiciona um tipo de violação de prerrogativas dos advogados).

A questão irresolvida é a possível utilização da nova lei para a punição de magistrados e membros do MP com

o objetivo de intimidá-los – o assim chamado “crime de hermenêutica”. Isso ocorreria, por exemplo, quando um juiz decretasse uma prisão que depois viesse a ser reconhecida como ilegal ou quando um membro do MP apresentasse uma denúncia que viesse a ser reconhecida como sem justa causa (artigos 9º e 30º do substitutivo).

Para evitar esses “crimes de hermenêutica”, o substitutivo prevê, já no seu artigo 1º, dois parágrafos. Um condiciona qualquer crime de abuso de autoridade a uma “finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou a terceiro” ou “por mero capricho ou satisfação pessoal”. O outro estabelece que “a divergência de interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas (...) não configura por si só abuso de autoridade”, embora também diga que essa divergência tenha de ser “razoável e fundamentada”.

Deixando de lado os inúmeros problemas de dogmática penal que esses parágrafos geram — como a estranha previsão de um especial fim de agir feita em norma geral para todas as normas incriminadoras, ou a dúvida se o parágrafo 2º constituiria uma causa justificante, exculpante ou de exclusão da tipicidade –, é curioso notar que os mesmos riscos de “crime de hermenêutica” já existem na legislação atual. Basta reler o artigo 4º, *a*, da Lei 4.868/1965, acima.

O problema do substitutivo não é que ele criminaliza a hermenêutica. É que pressupõe que pode existir uma “hipótese legal” evidente, cujo descumprimento seja um ato doloso. Ele não reconhece que a “literalidade” de uma norma é sempre uma tomada de

posição potencialmente discricionária de qualquer aplicador, em qualquer caso, com qualquer norma.

Esse pressuposto equivocado é compartilhado também pelos críticos do projeto.

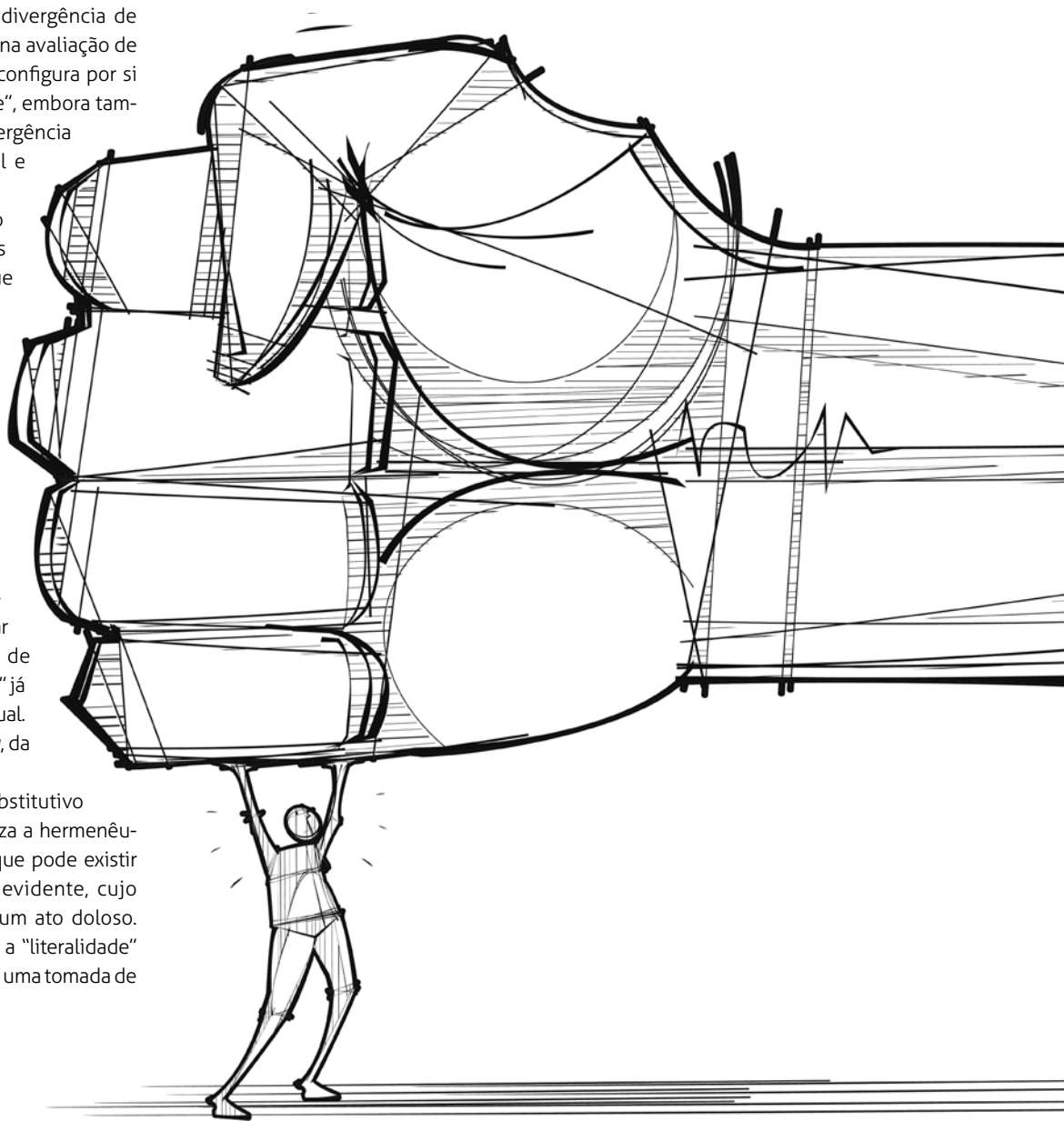
Em fechamento, devemos lembrar que o problema do abuso de autoridade não é um problema da falta de leis. É um problema de cultura jurídica. O Brasil nunca teve uma revolução liberal. A nossa cultura jurídica é estatista, coletivista, organicista. A ideia de que uma garantia individual possa valer mais do que o interesse da coletividade é estranha. Nesse

contexto, sempre haverá a tentação do abuso de autoridade.

O policial que me deu uma cassetada sem “nada pessoal” não o fez porque não existe uma lei que puna a sua conduta. Existe. Ele fez isso porque era o que aprendeu que deve fazer. Uma lei nova não vai mudar isso.

Até porque, mesmo que ela seja aprovada, no Brasil é sempre uma questão em aberto se vai pegar...

*\*Conselheiro da OAB/RJ, professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal Fluminense*





# Tribunal de

Pesquisado Cesec avalia aceitação da população carioca à frase 'bandido bom é bandido morto'. Dados são melhores se comparados ao resto do Brasil, mas direitos humanos ainda não são aceitos como forma de controle da criminalidade

## RENATA LOBACK

Ainda estamos em maio e os índices da violência urbana no Rio de Janeiro neste ano já impressionam. A cada dia são registrados em média dez tiroteios. O aumento de roubos de veículos – 40,3% em relação a 2016 – é o maior mensurado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), que passou a aferir os índices de criminalidade em 1991. Frente a tanta violência, o medo gera, em parcela da população, tolerância e até certo apoio ao uso extremo da força. Para medir a adesão aos chavões pró-justiçamento, pesquisadores do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes resolveram aprofundar o pensamento da população do Rio de Janeiro sobre o tema. Através da pesquisa *Olho por olho?*

*O que pensam os cariocas sobre bandido bom é bandido morto*, divulgada no início de abril, o grupo, mais do que quantificar a adesão à frase, buscou encontrar as bases para desconstruir essa lógica.

Realizado nos meses de março e abril de 2016 com mais de 2.300 pessoas ouvidas, o estudo – coordenado pelos sociólogos Julita Lemgruber e Ignácio Cano e pela professora de economia Leandra Musumeci – encontrou números animadores. No Rio de Janeiro, a maioria da população (60%) discorda da frase. É um resultado otimista se comparado ao pensamento nacional. Em 2016, levantamento amostral feito pelo Instituto Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicou que 57% dos brasileiros apoiavam a ideia.

Apesar disso, a pesquisa encontrou dados contraditórios no que se refere à compreensão da população sobre o que são os direitos humanos. Para 73% dos entrevistados, tais direitos atrapalham o combate ao crime, e 56% afirmam que quem defende esta pauta só está defendendo bandido. Ainda assim, menos da metade



# rua

dos ouvidos (48%) acredita que bandidos não merecem ter direitos e apenas 25% acham que os problemas de segurança seriam resolvidos se a polícia tivesse licença para matar. Para outros 73%, um criminoso é capaz de tornar-se um cidadão de bem.

Na opinião de Julita Lemgruber, mesmo com uma baixa avaliação no conceito geral dos direitos humanos, as pessoas demonstraram apoiar as pautas da área quando questionadas mais a fundo. "As opiniões não são monolíticas. Mesmo com um resultado à primeira vista negativo, fica a sensação de que é possível desconstruir esta ideia inicial", avalia.

Tal visão é compartilhada pelos presidentes das comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, deputado Marcelo Freixo

(PSOL), e da OAB/RJ, Marcelo Chalréo. Segundo Freixo, quando o tema direitos humanos aparece sem o termo, é aceito: "A maioria das pessoas enxerga que a nossa polícia é muito violenta e não deve ter o direito de execução. Da mesma forma, a maioria também acredita que o sistema penitenciário deveria ter outro papel. Quem defende esses termos está defendendo direitos humanos".

Para Chalréo, falta às pessoas uma dimensão dos direitos humanos sob sua ótica coletiva, como direito à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao transporte e a garantias individuais, inseridos num plano geral do direito à cidadania. "Esse não era o objetivo da pesquisa, mas se ela aprofundasse os outros aspectos englobados pelos direitos humanos veríamos que o apoio a estas pautas seria ainda maior. No entanto, acredito que mesmo assim, ao colocar o nome direitos humanos no meio, haveria rejeição", aponta o presidente da comissão da Seccional.

O interesse de Julita Lemgruber pela percepção da população sobre o tema é antigo. Em 1986, ela coordenou pesquisa para a OAB/RJ que traçou um perfil dos conflitos e contradições no trabalho da Polícia Civil. O estudo, feito a pedido do então presidente da entidade, Nilo Batista, já demonstrava uma precária interpretação sobre a pauta dos direitos humanos, segundo a socióloga. "Estávamos saindo da ditadura civil-militar. Durante esse período, militante de direitos humanos defendia presos políticos. Basicamente a classe média defendendo a classe média. Quando os presos passaram a ser 'comuns', a relação da população com o tema e com os ativistas começou a mudar. Coincide com um momento em que os índices de criminalidade dispararam, motivados, principalmente, pelo deslanchar da guerra às drogas no país", detalha.



Desde então, pondera Lemgruber –, a pauta foi mal conduzida por lideranças governamentais, instituições e militantes ligados ao tema. “Precisamos fazer um *mea culpa*. Nós não sabemos definir para a população o que se entende por direitos humanos e ao longo do tempo isso se transformou na percepção de defesa de privilégios a bandidos”.

Marcelo Freixo reforça o entendimento da socióloga: “As organizações se preocuparam pouco em falar para fora das bolhas. O que parece é que os movimentos se bastaram. Trabalhamos nesse tema há anos e, pelo visto, não trabalhamos bem. Mesmo quando a pessoa defende direitos humanos ela não se vê defendendo direitos humanos. Nós nos preocupamos com a ética do tema, mas esquecemos da estética. As denúncias são feitas, e elas são importantes, mas não nos preocupamos com sua qualidade pedagógica: a quem atingimos? As pessoas entendem o que estamos denunciando?”

Para Lemgruber, a pesquisa mostra que está na hora de fazer o dever de casa. “Precisamos conseguir que as pessoas entendam que enquanto todos não

tiverem seus direitos respeitados nenhum de nós terá nossos direitos respeitados. Está na hora de aproveitar as contradições deste estudo e trabalhar nas brechas”, defende.

#### Quem são os bandidos?

Uma alusão recorrente ao primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987) era de que, ao impedir policiais de entrar em barracos sem justificativa legal, estaria resguardando bandidos. “Evitar invasão de domicílio é a defesa

da lei. Mas defender a lei, dependendo de para quem você a defende, é visto como defesa de criminoso. Precisamos destruir a ideia de que os direitos humanos protegem bandidos, mas antes precisamos definir quem a sociedade vê como tal”, analisa Marcelo Freixo.

Para ele, esta definição tem um corte social, racial e territorial: “A defesa dos direitos humanos não é a defesa de bandidos. É a do cumprimento da lei para todos. Não pode ter tortura, não pode ter execução sumária. Simples assim. Esse tipo de amparo não pode ser definido por quem sofre a violação. Se há violação há necessidade desse embate”.

De acordo com o deputado, a perpetuação de tal pensamento está diretamente ligada a uma sociedade desigual, violenta e

“Precisamos fazer um *mea culpa*. Nós não sabemos definir para a população o que se entende por direitos humanos e ao longo do tempo isso se transformou na percepção de defesa de privilégios a bandidos”.

Julita Lemgruber

que tem no medo um instrumento forte para o processo de dominação das relações de poder. “Em nossa sociedade, produzimos o medo sobre territórios e classes perigosos. Quem transmite medo não gera tolerância e é apto às violações, já que não é visto como um igual. O medo cria esse distanciamento”, observa.

A angústia, a insegurança e a sensação de impunidade são apontadas por Julita Lemgruber razões que levam à população a aderir ao justicamento.

“As pessoas não aguentam mais a violência e não acreditam no sistema de Justiça criminal”, diz.

A socióloga destaca, ainda, a forma como a violência é retratada: “Um tiroteio em bairro nobre é visto como um absurdo, mobiliza debates, gera declarações de autoridades e a adoção de medidas preventivas. A população das favelas convive com tiroteios quase que diários e isso sequer chega à imprensa. A polícia é muito mais violenta nas favelas, mas não só essa instituição criminaliza a pobreza. A mídia e o sistema de Justiça criminal como um todo também mostram sua mão mais pesada quando os acusados são pobres, negros e favelados”.

Para Freixo, é importante que a luta pelos direitos humanos seja uma reafirmação da lei. “Isso pode parecer pequeno, mas estamos dialogando com uma sociedade que nega direitos a determinados grupos. Antes de ser uma luta por liberdade, a bandeira dos direitos humanos é pela igualdade social”, pondera.

#### Onde a mão é mais pesada

Dos entrevistados na pesquisa do Cesec, 69% acreditam que a polícia não tem capacidade de distinguir trabalhador de bandido, enquanto 62% afirmam que a polícia no Rio de Janeiro

Foto: Bruno Marins



Julita Lemgruber

mata demais, 66% a consideram mais violenta com os negros e 75% dizem que a corporação é mais violenta na favela.

Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB/RJ, Breno Melaragno diz não ser de hoje a percepção negativa da sociedade em relação às polícias. “Em um sistema em que uma instituição militar é responsável pelo policiamento preventivo, a população apontou na pesquisa o que já está claro há tempos: há erros e eles são sentidos na pele”, destaca. Para ele, tais apontamentos referem-se, principalmente, à atuação da Polícia Militar, ponta de lança da segurança pública.

Hoje, um morador de favela já tem consciência sobre seus direitos à saúde, educação, saneamento básico. Mas, segundo Lemgruber, no que se refere à segurança oferecida pelo Estado, falta esclarecimento sobre os limites que deveriam ser respeitados.

“Já conheci inúmeras mães com filhos mortos pela Polícia querendo se justificar. Elas mostram a carteira de trabalho do filho para provar que ele era um cidadão de bem. Outras assumem que, dentro da família, aquele se desviou. É como se elas se justificassem. E no fundo é essa a percepção: de que a violência policial faz parte. Essas pessoas, assim como todos os outros moradores do Rio de Janeiro, querem segurança. Em nenhum lugar admite-se que invadam uma casa sem mandado, que agridam um cidadão. Na favela até a morte soa como permitida”, lamenta a socióloga.

Melaragno também acredita que a expansão da noção de cidadania seria uma solução para esse tratamento pesado e desigual. “O projeto das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) tinha

**“A maioria das pessoas enxerga que a nossa polícia é muito violenta e não deve ter o direito de execução. Da mesma forma, também acredita que o sistema penitenciário deveria ter outro papel. Quem defende esses termos está defendendo direitos humanos”.**

**Marcelo Freixo**

combatendo crimes pontuais, mas principalmente estrutura para identificar o foco dos problemas. Nossa violência é grande, com índices alarmantes. Temos meios para encontrar a solução dentro do sistema de Justiça criminal”, defende.

De zero a dez, os entrevistados foram incitados a dar notas às polícias e à Justiça. A visão negativa das corporações se repetiu (5.8 para a Civil e 4.9 para a Militar). No entanto, o sistema de Justiça teve uma avaliação ainda mais negativa: apenas 3.5 de média.

Presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ, Luciano Bandeira diz

um grande potencial e fracassou, justamente, porque só a força repressiva não resolve problema algum. Sem dar cidadania — na base de educação, saneamento, lazer e cultura —, qualquer esquema de segurança irá ruir”, avalia.

O investimento em inteligência como forma de combate ao crime é a outra solução apontada pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem. “Falta estrutura material para as polícias. A Civil estava num caminho de crescimento que foi diretamente afetado pela crise econômica do Estado do Rio. Precisamos ter a capacidade de não só ter efetivo na rua

que esse dado aparece principalmente pelo distanciamento criado entre o Judiciário e a população. “Há demora na entrega da prestação jurisdicional. As decisões soam como impostas e, a partir daí, cria-se um afastamento e uma desconfiança no cidadão. Pelo que vemos na Ordem, através das reclamações que chegam às comissões de Direitos Humanos e de Prerrogativas, a sociedade passa a não acreditar mais que a Justiça é o verdadeiro instrumento do Estado democrático na solução de qualquer conflito”, analisa Luciano.

Mesmo confiando pouco na Justiça, os cariocas defendem que o endurecimento penal seria uma solução: 79% afirmam que penas mais rigorosas reduziriam a criminalidade e 86% acham que menores que cometem crimes violentos devem ser julgados como adultos.

Breno Melaragno rebate tal entendimento. “É uma visão distorcida, já que inúmeras pesquisas apontam que aumentar pena ou tornar mais rígida uma punição não inibe a prática criminosa. Mas esse dado mostra que um outro bordão, caso fosse suscitado pelos pesquisadores, teria um número de concor-



Foto: Bruno Martins

**Marcelo Freixo**



dância grande: a Polícia prende e a Justiça solta. Fica a impressão de que o Judiciário é leniente e brando com os criminosos”, frisa.

Estatisticamente, segundo Melaragno, essa sensação não é real. “Nas condições carcerárias brasileiras, um ano vale muito mais. Além disso, há um crescimento abrupto no número de presos, principalmente em relação aos provisórios. Os maiores motivos de prisão são: tráfico, roubo e furto. Sendo que o furto, que é uma subtração sem violência e grave ameaça, é um crime em que poderia ser aplicada pena alternativa. Nossa Justiça prende muito, sim. Nossa população carcerária

é uma das maiores do mundo e nossa legislação penal infla a cada ano. Foi o jeito encontrado pelo Congresso Nacional para atender aos anseios punitivos da população. Mas volto a bater na tecla, se isso resolvesse a situação, desde o advento da Lei de Crimes Hediondos, em 1990, teríamos queda na criminalidade. E sabemos que não foi o que aconteceu”, pondera.

Na vigência da atual Constituição é impossível se instituir prisão perpétua ou pena de morte, como defenderam alguns dos entrevistados pelo Cesec, explica o presidente da Comissão de Segurança Pública: “Os políticos que bradam esta bandeira estão sendo demagogos, sabem que isto não é possível. E como no Brasil não tem prisão perpétua e nem pena de morte, o preso que sobrevive ao cárcere andarás nas mesmas calçadas que você. É bom repensar nosso sistema penal para que a gente recupere esse detento e não o torne ainda pior do que quando entrou. Direitos humanos para presos significam condições mínimas para que ele possa um dia se regenerar”.

“O projeto das UPPs tinha um grande potencial e fracassou, justamente, porque só a força repressiva não resolve problema algum. Sem dar cidadania – na base de educação, saneamento, lazer e cultura – qualquer esquema de segurança irá ruir”.

Breno Melaragno

### Falta protagonismo político

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalréo acredita que, além das falhas dos próprios militantes, a mídia e o poder público reforçaram ao longo dos anos a visão negativa da sociedade à pauta dos direitos humanos. “A grande imprensa e o capital fazem esse tipo de confusão. Criam um confronto de interesses, um antagonismo com o propósito de que as pessoas não percebam que uma coisa não é impeditiva da outra. Desde a ditadura procurou-se criar a ideia de que os direitos humanos

protegem criminosos. Autoridades e setores do Estado são imbuídos de afastar qualquer interface com o tema. A política de direitos humanos não é protagonista no Estado brasileiro”, argumenta.

Apesar de admitir que as pautas de direitos humanos foram mais abraçadas por políticos representantes de partidos de esquerda, o deputado Marcelo Freixo não acha que a dificuldade de acesso ao tema seja consequência da polarização política que vivemos. “Em outros países, a luta por direitos humanos não é necessariamente da esquerda e também há rejeição. Essa negação é anterior à polarização da esquerda com a direita”, defende.

Para o parlamentar, é preciso deixar claro, inclusive, que nem toda sigla ligada à esquerda é defensora dos direitos humanos. “Da mesma forma, há uma parte da direita

que tem simpatia pelo tema. As violações cometidas pelo capitalismo colocaram os que contestam esse sistema como defensores de direitos humanos. Mas é importante ressaltar que tais direitos também são violados no mundo socialista. É bom que se diga isso”, aponta.

### Fazendo o dever de casa

Campanhas, palestras, humor. Para Julita Lemgruber são muitos os caminhos apontados pela pesquisa. “Nossa pauta é mal vista, mas não foi descartada. Há brechas e é nelas que devemos atuar. Precisamos nos repensar, avaliar nossa forma de abordagem e tentar achar uma maneira de abrir o diálogo com as pessoas que renegam a instituição direitos humanos. O caminho do humor é uma boa saída para essa abertura. Às vezes, uma charge traduz numa imagem o que longos textos não conseguem explicar. Se hoje no Brasil uma parte da população desconhece o tema, é uma culpa que precisa ser dividida por todos nós que acreditamos que direitos humanos e controle da criminalidade são compatíveis. Precisamos juntos fazer nosso dever de casa e compensar o tempo perdido”, defende a socióloga.

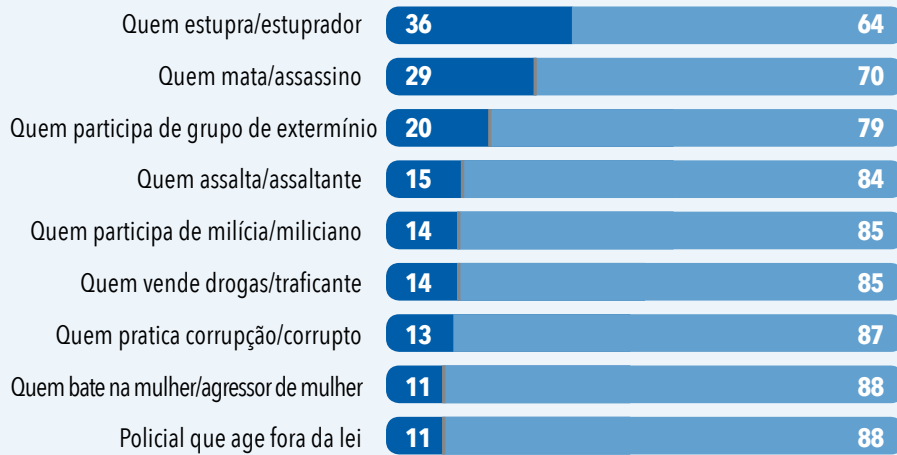
Espalhar a noção de que toda a



Foto: Bruno Marins

Breno Melaragno

## Se tiver escolha, o policial deve matar ou prender? (%)




● Não respondeu

Realização: Cesec/Ucam

mortos há um tempo, mas estamos desenvolvendo um protocolo em parceria com a própria corporação. Um policial é morto a cada dois dias. Nossa pauta não é excludente desse grupo. Muito pelo contrário, juntos podemos fazer um trabalho mais forte”, explica Marcelo Freixo.

Como na letra da canção *Tribunal de rua* (Marcelo Yuka, O Rappa), se o cano do fuzil refletiu o lado ruim do Brasil, está na hora, de geração em geração, mudar esta realidade, para que todos no bairro possam fazer uma nova lição.

A equipe de reportagem da TRIBUNA procurou a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Tribunal de Justiça, mas as duas instituições preferiram não se manifestar sobre as críticas apresentadas no estudo. 

sociedade ganha com a garantia de direitos humanos, “inclusive os policiais, que estão nas ruas no combate direto ao crime”, é considerado por Breno Melaragno o melhor caminho apontado pela pesquisa.

Numa tentativa de difundir este tema, a Comissão de Direitos Humanos da Alerj já desenvolve um trabalho em conjunto com o setor de psicologia da Polícia Militar. “Fazemos o atendimento de familiares de policiais

# ORATÓRIA PARA ADVOGADOS

*Não há opção. Ou você fala, ou você fala. Se não falar, outros falarão por você.*

- Sustentação Oral
- Defensoria
- Ministério Público
- Procuradoria
- Delegado de Polícia
- Magistratura
- Concurso Público
- Audiência

Copacabana - Barra da Tijuca

(21) 2541-5984 | 99146-3355

[www.oratoriarogeriaguida.com.br](http://www.oratoriarogeriaguida.com.br)





# **Lista fechada ou voto aberto?**



# É hora de renovar



ALESSANDRO MOLON\*

O sistema político que conhecemos está falido e esgotado. As delações e informações que vieram à tona expõem as fraturas de forma violenta, como se virássemos a pele da nossa realidade ao avesso, revelando as feridas e necroses que por muitos anos se mantiveram ocultas. Colocada frente a frente com a crueza dos fatos, a sociedade clama por uma investigação profunda e séria, para que, com uma atividade política limpa, possa se sentir verdadeiramente representada. Parlamentares, no entanto, caminham no sentido contrário e encontram na reforma política que é apreciada na Câmara a sua boia de salvação.

A votação em lista fechada entregará aos partidos políticos, cuja credibilidade está no limbo, o poder de escolher a ordem dos candidatos a deputados federais, estaduais e vereadores que concorrerão ao pleito. O eleitor, então, passaria a votar não mais no candidato de sua

escolha, mas no partido e na relação de nomes apresentada. As vagas seriam, assim, preenchidas de acordo com a lista pré-determinada e o número de votos recebidos pela legenda. Ora, se a população olha para o Congresso Nacional e as demais casas legislativas e não se vê refletida, delegar esta escolha aos dirigentes partidários certamente não contribuirá para que os cidadãos se sintam melhor representados.

Sob as novas regras, salvo raras exceções, candidatos articularão junto a caciques partidários seu lugar na fila. A disputa que hoje acontece nas urnas será antecipada aos restritos círculos das legendas, com direito a todos os vícios que a população tem condenado. Afinal, qual será o candidato novato, distante da burocracia e acordos de seu partido, que conseguirá ser o primeiro da lista?

Não haverá renovação. E a intenção do Congresso é esta mesma: mudar para deixar tudo como está. Desta forma, a lista fechada garantiria as primeiras posições a parlamentares alvo de

investigações que buscam a reeleição para manter o foro privilegiado. Encontrariam, assim, uma blindagem contra a rejeição do voto popular.

A lista fechada é, portanto, o pior cenário para uma reforma política realizada agora, pois congelará o Congresso, assim como está, no momento de sua maior crise de representatividade. Em vez de oferecer uma sobrevivência a este sistema corrompido, é urgente aproveitar esta oportunidade para romper e reconstruir. Dos escombros, vemos a esperança de renovação, com espaço para fazer diferente em grande escala, norteados pela ética, pela justiça socioambiental e pela igualdade de oportunidades.

Sigamos até o fim nas investigações, viremos a página e façamos política de uma forma mais verdadeira, radicalizando a democracia para uma representação honesta da sociedade, pois fora da política não há solução para o Brasil.

*\*Deputado federal (Rede/RJ), advogado e professor de Processo Legislativo*

## Essencial é não levar gato por lebre



RICARDO PENTEADO\*

A discussão a respeito de reforma política nos dias de hoje não é nada conveniente, ainda que possa atender a uma evidente ansiedade popular. O ambiente de crise aguda põe sob suspeita qualquer proposta de reforma, porquanto a análise de sua conveniência perde perspectiva histórica e desperta desconfiança de que o oportunismo é o seu grande móvel.

Chego a considerar que para hoje a melhor reforma política seria nenhuma, sendo preferível depurar e resolver nossas crises no contexto da atual ordem jurídica para só depois avaliar projetos com alguma isenção.

Essa cautela, contudo, não resiste à pressão popular ou tampouco à tentação de promover estrépitousos sensacionais que rendem proveitosos 15 minutos de fama.

Assim é que peço licença para dizer que o voto proporcional em lista aberta chegou ao seu esgotamento. Nele, muito embora o eleitor não tenha plena consciência disso, o voto é dado para o partido e a escolha nominal de candidato não passa de um segundo efeito do sufrágio

que só é considerado para arbitrar uma disputa partidária interna.

Mesmo que o eleitor considere estar votando num candidato individual, fato é que seu voto beneficia diretamente o partido político e reflexamente o candidato mais votado da lista, que não é necessariamente o seu; ou então, se o voto sufraga o mais votado na agremiação, pode beneficiar também outro candidato, ainda que não tenha sido considerado pelo eleitor.

Assim, a primeira qualidade do sistema da lista fechada é a transparência que o eleitor tem sobre quais serão seus possíveis representantes se o partido obtiver um certo número de cadeiras no parlamento.

A segunda qualidade é a importância que ganha o partido como unidade ideológica, já que ele tem o monopólio constitucional da representação política.

Convém lembrar, aliás, que o regime de fidelidade partidária estabeleceu que o mandato dos representantes proporcionais pertence à legenda e não individualmente ao parlamentar.

Coerente com isto, nada mais natural do que se votar numa bancada que lhe seja

ideologicamente atrativa e não alimentar a ilusão de que se está elegendo um único representante que seria a voz de tantos quantos nele sufragaram.

Em suma, no sistema atual de lista aberta existe uma disputa partidária interna que é impropriamente arbitrada pelo eleitor, que pensa estar votando em um só representante, quando na verdade vota na sigla. Já no sistema de lista fechada o cidadão sabe que está votando no partido e numa bancada que retrata um projeto coletivo.

Anote-se ainda: o financiamento de campanhas partidárias seria mais racional do que o financiamento de candidaturas individuais. Na primeira, os recursos são direcionados às propostas políticas, ao passo que no sistema de lista aberta os recursos financeiros são desperdiçados numa contenda entre integrantes do mesmo partido que disputam entre si.

Por último, não se diga que o eleitor fica refém do partido, porque ninguém o obriga a votar nele. O essencial é não levar gato por lebre.

*\*Advogado especialista em Direito Eleitoral*

# Consultor da ONU fala sobre Estado de Direito e aplicabilidade das leis

Fotos: Bruno Marinis



Bruno Barata

Organizada pela Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo em parceria com a Comissão de Relações Internacionais da OAB/RJ, a pa-

lestra *A importância do Estado de Direito para o Poder Judiciário e a sociedade*, realizada no prédio da Justiça Federal no dia 25 de abril, contou com o membro do Conselho Consultivo nas Nações Unidas Ian McDougall, da Inglaterra, para uma aula sobre garantias constitucionais dos cidadãos, aplicação da lei e o conceito de justiça.

Em um cenário brasileiro de ameaças a garantias constitucionais, McDougall apresentou aos presentes um panorama do que é o Estado de Direito e a aplicação das leis em várias partes do mundo. "Acredito que a lei é uma das conquistas

mais maravilhosas da história da civilização humana. E quando discutimos a lei peço que lembrem que estamos discutindo também um assunto que visa a levar civilizações a um estado de paz, prosperidade e avanços sociais", observou.

O palestrante explicou conceitos mundiais de Justiça – que, segundo ele, é o que o Estado de Direito traz como consequência – e o impacto econômico da aplicação da lei, utilizando conceitos universais para ressaltar a importância da imparcialidade e igualdade no sistema judiciário: "É importante lembrarmos dos conceitos que nos mostram que todos são iguais perante a lei, que ela deve ser aplicada a todo mundo da mesma forma, inclusive governantes, além de administrada com imparcialidade. É essencial que um juiz não tenha pretensão nem possa vir a ter ganhos pessoais com



Ian McDougall

uma decisão, por exemplo".

McDougall também fez uma relação entre tempo de poder e corrupção: "Recentemente, o presidente da Ruanda ganhou em um referendo a possibilidade de ficar no poder até 2034, alterando a Constituição do país. Medidas como esta são extremamente perigosas para o Estado de Direito, pois não há dúvidas de que, quanto mais tempo uma pessoa fica no poder, aumenta a possibilidade de corrupção. Uma das principais barreiras para a corrupção é a possibilidade de as pessoas que você quer subornar não estarem no poder por muito tempo".

O evento contou com abertura do presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/RJ, Bruno Barata; do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), André Fontes; e do presidente da Associação de Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), Fabrício Fernando de Castro. [T](#)

## Seminário discute proteção de dados pessoais no

Como o Brasil e os demais países tratam da proteção de dados pessoais frente ao contínuo avanço da tecnologia foi o tema do seminário que a Comissão de Relações Internacionais da OAB/RJ realizou no dia 24

de abril, com o apoio da Comissão de Direito e Tecnologia da Informação, contando com a presença de grandes nomes ligados à área.

"Temos aqui um panorama que mostra o quanto a advocacia brasileira ainda precisa caminhar na política de segurança da informação (PSI). Atualmente, sabemos que só os grandes escritórios do país a praticam minimamente", afirmou a presidente da Comissão de Direito e Tecnologia e diretora de Inclusão Digital da casa, Ana Amelia Menna Barreto, que apresentou pontos positivos e negativos dos projetos que versam sobre proteção de dados em tramitação no Congresso Nacional.

Vice-presidente da International Bar Association, Horácio

Bernardes Neto expôs um dos riscos aos quais os escritórios estão expostos, que é o de sequestro de dados: "Há registros de episódios aqui no Brasil de pagamentos de resgates para resgate de dados roubados dos servidores de escritórios".

Segundo Ana Amelia, considerando não só sistemas de escritórios, os episódios de roubo e sequestro de dados mediante pagamento de resgate cresceram 500% no último ano, mundialmente.

Ao falar sobre os projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado relacionados à questão, a advogada criticou o fato de no PL 5276/2016 constarem referências a um Conselho Nacional de Proteção de Dados, órgão ainda inexistente "O projeto refere-se ao órgão competente mais de 30 vezes, mas esse órgão não existe. Como vamos opinar sobre um projeto de lei se o teor dele é tão voltado para uma estrutura que ainda nem sabemos como será?"

Ela e os demais participantes citaram o fato



Horácio Bernardes Neto e Ana Amelia Menna Barreto

# Cacique recebe Medalha Chico Mendes por indicação da OAB/RJ

O cacique Babau, líder da etnia Tupinambá na comunidade da Serra do Padeiro, Bahia, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, por indicação da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB/RJ, na 29ª edição do evento promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), dia 3 de abril. Além de Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, outras nove pessoas foram laureadas. Houve também homenagem especial às lutas pela educação no Estado do Rio de Janeiro – representada pelo grupo Ocupa Uerj.

“Nunca é demais registrar que realizamos essa atividade também para lembrar o 53º aniversário do golpe militar de 1964. Traços desse período ainda marcam nossa realidade, a militarização de nosso sistema de segurança pública vem de muito tempo. Enquanto isso permanecer, vamos resistir” disse o presidente da comissão,

Marcelo Chalréo, ao abrir a solenidade.


Além de Babau, receberam a medalha o grupo Chacina Nova Brasília 1994-1995 (RJ); o professor Edson Passetti; o fotógrafo Evandro Teixeira; a desaparecida política Heleny Guariba (*in memoriam*); o diretor e dramaturgo João das Neves; o coordenador da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) Renato Nathan (*in memoriam*); a fundadora e militante do GTNM Maria Alice Bráz (*in memoriam*); a juíza federal Salete Maccalóz (*in memoriam*); o desaparecido político Sérgio Furtado (*in memoriam*); e o membro do movimento operário Washing-



Foto: Luísa Aparício


Cacique Babau na homenagem do Tortura Nunca Mais

ton Costa (*in memoriam*).

Há 29 anos, a Medalha Chico Mendes de Resistência é entregue a pessoas ou entidades que lutam ou lutaram em defesa dos direitos humanos. 

## Brasil e no mundo

de 92 países terem uma autoridade de controle ou agência responsável por colocar em prática o conjunto de proteção jurídica de dados. “A implementação da proteção de dados pessoais depende fortemente do estabelecimento de autoridades de fiscalização e execução da lei”, apontou Ana Amélia.

Outra questão fortemente abordada no evento foi a privacidade, um direito que, na opinião do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bóas Cueva, tende a desaparecer. A mesa contou também com o inglês Ian McDougall, representante da empresa Lexisnexis, especializada em dados e pesquisas jurídicas, e com o espanhol Recaredo Romero, da norte-americana Kroll, de gestão de riscos e investigações. Ambos apresentaram o tratamento internacional dado à questão. A mesa foi mediada pelo presidente da Comissão de Relações Internacionais da Seccional, Bruno Barata. 


## Magistrado fala sobre prestação de alimentos e o novo CPC



Foto: Bruno Martins

Rafael Calmon

Uma iniciativa de três comissões da OAB/RJ – a OAB Mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) e a Comissão de Direito de Família (CDF) – levou para a Seccional a palestra *Técnicas de cumprimento forçado da obrigação de prestar alimentos no novo CPC*, ministrada pelo juiz titular do Tribunal de Justiça do Espírito Santo Rafael Calmon, dia 17 de abril, com mediação dos titulares da 18ª Vara de Família da Capital, André Lopes, e da 5ª Vara de Família da Capital, Leise Espírito Santo.

“Estou em fase de aprendizado em relação ao novo CPC, acho que todos estamos. Precisamos debater, muitas ideias que tenho gostaria de saber se estão sendo implementadas aqui, por exemplo. Não temos um velho CPC reformado, o código de 1973 morreu. O novo, de 2015, foi pensado já no regime democrático, permite uma dinâmica muito grande aos profissionais, também nas ações de família, e exige um novo operador do Direito”, afirmou Calmon em sua palestra. 





Karen Marques, Maria Madalena, Marisa Gaudio e Tatiana Queiroz

Foto: Bruno Martins

## Roda de conversa aborda atendimento de vítimas da violência de gênero

Advogadas, psicólogas e outras profissionais que tratam, de alguma forma, da violência de gênero estiveram no dia 26 de abril na sede da OAB/RJ para debater questões como o funcionamento das delegacias de atendimento à mulher, a aplicação da Lei Maria da Penha e de que forma lidar com as vítimas de violência doméstica.

Em mesa mediada pela presidente da OAB Mulher, Marisa Gaudio, as delegadas da Delegacia da Mulher (Deam) de Volta Redonda, Maria Madalena; e Belford Roxo, Tatiana Queiroz, explicaram o funcionamento das unidades e os problemas enfrentados.

“Nossa maior dificuldade é a falta de recursos”, disse Maria. “Há um tempo já lidamos com falta de papel para imprimir e deficiências na manutenção de ar condicionado, por exemplo, mas agora todas as unidades da Deam passam por problemas. Todos os contratos com terceirizados, por exemplo, foram restringidos. Isso significa que não temos mais nem pessoal para limpeza. As assistentes sociais, que atendiam as pessoas que vinham à delegacia e eram importantíssimas para fazer uma filtragem inicial, também foram dispensadas. Com essa situação, nós, titulares das delegacias, tivemos que juntar esforços e pedir ajuda a outros órgãos, como prefeituras, Câmara Mu-

nicipal e associações, para continuar o funcionamento”, explicou.

Um dos assuntos mais questionados pela plateia foi o atendimento, por homens, nas delegacias especializadas. Algumas advogadas chegaram a citar exemplos de tratamento inadequado das vítimas. Porém, na opinião das delegadas, o problema se dá pela formação errada os profissionais ou por um perfil errado para a função.

“Hoje a Deam é dirigida preferencialmente por mulheres. Todas as delegadas titulares são mulheres, mas isso não quer dizer que os homens não estão preparados para atender as ocorrências relacionadas a violência de gênero”, disse Queiroz, acrescentando que preferencialmente são as mulheres que atendem os casos de crimes sexuais e que o tratamento para violência de gênero foi recentemente acrescentado à grade curricular da Academia de Polícia.

O encontro também contou com a participação de Karen Marques, coordenadora de um grupo de trabalho sobre violência doméstica, e da conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) Amanda Motta. Foram debatidas ainda a abrangência da aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres trans e os casos de homofobia atendidos pela Deam. [T](#)

## Seccional sedia seminário de gestão no Rio de Janeiro

Em parceria com o Fórum de Departamentos Jurídicos, a Comissão Especial Anticorrupção, de Compliance e de Controle Social dos Gastos Públicos da OAB/RJ realizou, em 3 de abril, o 7º Seminário de gestão no Rio de Janeiro. A abertura do evento ficou a cargo do presidente do Fórum, José Nilton Cardoso de Alcântara.

O presidente da comissão da área, Yuri Sahione, participou do encontro e falou sobre a responsabilidade criminal dos administradores de empresa, com foco na condenação do ex-presidente do Conselho de Administração da empreiteira Camargo Corrêa, João Auler, no âmbito da operação Lava-Jato. Segundo ele, o caso mostra que está se construindo um novo papel da omissão dentro do contexto de prova de um delito. “A gente está falando de uma forma de comprovação de um ato ilícito, mas estamos criando uma nova situação. Você passa a ser responsável pela omissão de um agir conforme o que determina um programa de integridade”, afirmou. [T](#)

Foto: Bruno Martins



Yuri Sahione

# Palestra expõe medidas jurídicas de combate do racismo

Fotos: Lula Aparício




Um dos pontos fundamentais que compõe a lista de lutas da OAB/RJ, a igualdade racial foi mais uma vez debatida em um evento da casa. Desta vez, no entanto, o Centro de Documentação e Pesquisa da Seccional e a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da OAB (CNVENB) apresentaram a temática sob uma perspectiva diferente. Em debate no dia 28 de março, advogados e especialistas falaram sobre

os meios, instrumentos e recursos jurídicos para o combate ao racismo. Para o diretor do Centro de Pesquisa, Aderson Businger, tratar desse tema é sobretudo falar da identidade do povo brasileiro. “Passamos por um período sombrio, em que ressurgem movimentos racistas e grupos retrógrados que nos desafiam e nos motivam a discutir cada vez mais essa pauta”.

Vice-presidente da ESA, Fernando Cabral já atuou ao lado do presidente da CNVENB, Humberto Adami, em ações cuja temática era racial. Cabral apresentou a Ação Civil Pública como instrumento de repreensão e reparação

da violação à honra e à dignidade de grupos raciais.

Humberto Adami abordou o trabalho da comissão e explicou que os relatórios apresentados pelos grupos espalhados em 15 seccionais da Ordem são documentos iniciais. “É importante ressaltar que ainda temos muito trabalho a realizar. Ao mesmo tempo que fazemos o nosso levantamento usando a metodologia aprovada pelo Conselho Federal, de construir pistas e provas da escravidão, em outro braço levantamos e fomentamos a bibliografia sobre a verdade da escravidão negra”, destacou.

Yedo Ferreira, militante histórico da luta antirracista e pró-reparação, falou sobre a escravidão. No mesmo tom, o advogado criminalista Luís Guilherme Vieira disse ser impossível ficar indiferente a essas questões. “A nação de hoje é infinitamente melhor que a que ficou para trás. Mas hoje ainda não temos a nação que queremos deixar de herança para as gerações futuras”, ressaltou. 

## Seccional debate criação de santuário de tubarões em Noronha


A Comissão de Proteção e Defesa dos Animais (CPDA) promoveu, no dia 29 de março, debate sobre a criação de um santuário de tubarões em Fernando de Noronha. Segundo o presidente do núcleo, Reynaldo Velloso, a posição da comissão é a de colaborar no que for necessário para que o projeto se torne realidade. “É uma luta grande e que não vai se restringir a esse evento. Temos que avançar na efetivação do santuário”, defendeu.

Por mais que existam ações de preservação dos tubarões e que a pesca da espécie na ilha seja proibida desde 1980, existe uma polêmica relacionada ao consumo de bolinho de tubarão, que vem se tornando parte do turismo local. Para os especialistas da mesa, não faz sentido que o mesmo

lugar onde se defende a preservação da espécie a sirva como alimento. O mergulhador Eduardo Macedo afirmou que quem costuma praticar a atividade em Noronha vem observando a diminuição dos animais. “O tubarão vivo vale muito mais que o tubarão morto. As pessoas não vão a Noronha para comer bolinho, elas vão para ver tubarão”, defendeu.

O documentarista de natureza Lawrence Wahba destacou que o arquipélago é um local onde é possível mergulhar naturalmente com tubarões e que essa característica deveria ser mais explorada. “São poucos os lugares no planeta em que você pode mergulhar com tubarões sem o uso de isca. E isso está sendo cada vez mais valorizado.”



Também participaram do encontro a diretora-executiva da Rede Pró-Unidades de Conservação, Angela Kuczach, o representante da Divers For Sharks, iniciativa internacional de mergulhadores profissionais, José Truda Palazzo Jr; e o oceanógrafo Marcelo Skaf, entre outros. 



# Projeto Bem-estar será ampliado em mais de 60%


Criado em 2013, o projeto *Bem-estar* da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro planeja ampliar a quantidade de seus núcleos de exercícios a partir de julho. Em vez dos oito atuais, o programa passará a contar com 13 pontos. Serão cinco novas tendas: em Nova Iguaçu, no entorno do Engenheiro, na Leopoldina, em Campos e em Araruama. "Passamos por uma reestruturação, para poder aumentar o número de locais de atuação. Nosso objetivo é continuar mostrando que a qualidade de vida do advogado e a manutenção da sua saúde passa necessariamente pela prática de atividade física", afirma o presidente da Caarj, Marcello Oliveira.

O anúncio da ampliação foi feito no dia 6 de abril, durante a inauguração do Centro de Atividades Esportivas, de Saúde e Social Ari Moreira Fernandes,

uma parceria entre a OAB/Nova Iguaçu e a Caarj, que deu início a outra novidade no Eixo Bem-estar: a instituição de núcleos de prática desportiva por modalidade. Em Nova Iguaçu, o espaço tem aulas de jiu-jitsu para advogados, estagiários e seus dependentes. As lições são às segundas, quartas e sextas-feiras, das 7h30 às 8h30, e o espaço já começou a funcionar com mais de 30 inscritos. Os interessados devem procurar a Comissão de Esportes e Lazer da subseção, pelo telefone 96461-9061.

O projeto de núcleos de prática esportiva está, hoje, na capital (Barra da Tijuca, Copacabana, Flamengo, Madureira e Maracanã), e em cidades como Niterói, Resende e Barra Mansa. Com a ampliação, o serviço chegará na Baixada Fluminense, em mais dois bairros da Zona Norte da capital e

nas regiões dos Lagos e Norte do estado, aumentando assim seu raio de atuação e de atendimento ao advogado. Os núcleos oferecem atividades como circuito funcional, alongamento e treinos de corrida, sempre com orientação de profissionais de educação física. Todas as atividades são gratuitas para advogados, estagiários de Direito com a carteira da Ordem e seus dependentes.

Para Marcello Oliveira, porém, a gratuidade é apenas parte dos benefícios. "Nossos núcleos também criam um novo ambiente de socialização. Os testemunhos que recebemos dos participantes dizem tudo. As tendas já transformaram a vida de muitos colegas, e tenho certeza de que elas ainda vão proporcionar alguns anos adicionais de vida aos participantes", frisa. 





# Caarj lança segunda edição do programa Dose de Apoio



**Marcello Oliveira: expectativas superadas**

O programa *Dose de apoio*, idealizado pela Caarj, em parceria com as comissões de Políticas sobre Drogas da Seccional e da Subseção da Barra da Tijuca, chega à segunda edição buscando expandir e consolidar sua atuação. O projeto consiste em um programa de prevenção ao alcoolismo, que oferece curso de capacitação e formação de conselheiros em dependência química a advogados, familiares e estagiários do Direito, prestando informações e treinamento para que atuem como agentes multiplicadores de atendimentos por todas as subseções do Rio de Janeiro. O lançamento da nova etapa do *Dose de apoio* aconteceu no dia 17 de abril, no plenário da Caarj.


"Quando apostamos neste curso não imaginávamos a amplitude que teria. Já tínhamos a parceria com as comissões, o que nos garantia excelente qualidade técnica, mas realmente a resposta dos participantes superou nossas expectativas", afirmou o presidente da Caarj, Marcello Oliveira.

Também presente, o presidente da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB/RJ, Wanderley Rebelo, abordou a gravidade do problema e fez breve relato sobre suas experiências com dependentes químicos. "Meu envolvimento com o mundo das drogas nunca foi como usuário, mas começou quando entrei na faculdade e comecei a ver meus amigos serem presos. Defendi todos eles. Hoje, defendo seus filhos, seus netos, a coisa não tem fim. Nosso trabalho, portanto, não terá fim. Temos como objetivo diminuir os problemas que as drogas trazem", disse.

Durante a cerimônia, foram certificadas as subseções de São Gonçalo, Leopoldina, Duque

de Caxias, Bangu e Mendes, que enviaram participantes para a primeira edição do curso. Os presidentes da OAB/São Gonçalo, Eliano Enzo, e da OAB/Leopoldina, Talita Menezes, participaram do evento.

Marcello lembrou que o momento de crise por que passa o estado é um fator que pode acentuar ou até mesmo dar início a problemas com álcool. Ele destacou a troca entre os participantes do curso como fundamental para o sucesso obtido. "Vivemos um momento no qual diversos colegas, infelizmente, estão fechando as portas de seus escritórios. Estamos falando de uma questão que atinge a todos, mas muitas vezes o advogado autônomo, que não tem o suporte de uma empresa, fica mais vulnerável. Diversas pessoas não percebem ter o problema, mesmo que, em alguns casos, já façam da bebida uma solução para seus problemas. Além do conhecimento, as conversas passam uma melhor noção do que acontece", explicou.

No primeiro curso foram formados 52 conselheiros, entre advogados e outros profissionais. Na edição atual, a intenção é aprimorar a assessoria técnica às subseções para realizar um mapeamento das redes locais de atendimento a dependentes químicos, além de investir na capacitação das comissões de políticas sobre drogas e na realização de reuniões periódicas. As aulas serão presenciais, às quartas-feiras, às 18h, no plenário da Caarj. Mais informações pelos telefones (21) 2277-2314 ou (21) 2277-2372. Para a lição inaugural foi convidado Marcos Miceli, psiquiatra da Unidade de Tratamento de Alcoolismo do Instituto Philippe Pinel. 

## Cronograma completo:

- 3/05 - Aula Inaugural com Marcos Miceli, psiquiatra da Unidade de Tratamento de Alcoolismo do Instituto Philippe Pinel.
- 10/05 - As dimensões básicas do aconselhamento
- 17/05 - Dependência química: transtornos mentais e comportamentais
- 24/05 - Aspectos psicológicos e mecanismos de defesa no transtorno no uso de drogas
- 31/05 - Os 12 passos
- 7/06 - O cérebro e a neurobiologia dos comportamentos ligados ao uso de substâncias psicoativas
- 14/06 - Avaliação do paciente e anamnese
- 21/06 - Álcool e outras drogas
- 28/06 - A interface do AA e NA com a comunidade
- 5/07 - Rede de atenção aos usuários de drogas e as políticas públicas
- 12/07 - Conhecendo a política de redução de danos
- 19/07 - Drogas e criminalização
- 26/07 - Adolescência e medidas socioeducativas
- 2/08 - Terapia de grupos e onde encontrar ajuda
- 9/08 - Comorbidades clínicas em pacientes com transtorno no uso de drogas
- 16/08 - A prevenção ao suicídio e a dependência química
- 23/08 - Codependência e tratamento familiar
- 30/08 - Arteterapia aplicada aos 12 passos
- 6/09 - Abordagem terapêutica em dependência química
- 13/09 - Tipos de internação e tratamento
- 20/09 - Prevenção a recaída
- 27/09 - Direitos humanos, justiça terapêutica e os direitos do dependente químico
- 4/10 - Atividade laboral e a dependência química
- 11/10 - Redes públicas e privadas de atenção ao dependente químico
- 18/10 - Encerramento do curso



# OAB/Méier: inaugurada sede que leva nome de Humberto Cairo

Em 30 de março, o presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, inaugurou as novas instalações da Subseção do Méier, na Rua Manuela Barbosa, 40. Com três escritórios compartilhados, central de petição eletrônico e auditório com capacidade para 80 pessoas, a sede leva o nome de Humberto Cairo, ex-presidente da subseção, que faleceu em novembro passado.

“Essa sede é dedicada a Humberto Cairo, que teve papel fundamental para a conquista deste que era um sonho para a advocacia do Méier. Na minha vida de Ordem, enquanto eu caminhar, Humberto Cairo caminhará ao meu lado”, afirmou Felipe.

Na cerimônia, o coordenador do Departamento de Apoio às Subseções (DAS) na Capital, Ricardo Menezes, leu o discurso que Humberto havia preparado para a inauguração da sede, que estava programada para novembro. Ele foi internado no dia previsto para a inauguração, que precisou ser adiada.

O atual presidente da OAB/Méier, Jorge Gomes Rodrigues, lembrou da amizade com Humberto Cairo e destacou o trabalho que vem sendo feito frente à subseção. “Nos continuamos trabalhando, honrando a lembrança dele. Só em março, realizamos mais de 700 atendimentos”, destacou.

Foto: Lula Apêrcio



Luciano (esq.), Felipe e Jorge Gomes, descerram placa de inauguração

## Em Rio Bonito, obras das novas instalações em andamento



Felipe (esq) conversa com César e Pedrazzi durante a visita

O presidente da Seccional, Felipe Santa Cruz, e o diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Carlos André Pedrazzi, visitaram na manhã do dia 7 de abril o prédio onde funcionará a nova sede da Subseção de Rio Bonito. “Conseguimos uma mudança de endereço com baixo custo e muitos avanços para os advogados”, comemorou Felipe.

A diretoria da OAB/RJ foi recebida em Rio Bonito pelo presidente da subseção local, César Gomes de Sá. O novo prédio é mais próximo do fórum da cidade, o que irá facilitar a rotina dos colegas da região.

Pedrazzi elogiou as novas instalações. “Está muito bem localizada, com facilidade de estacionamento, em um prédio novo, moderno e amplo, bem no centro da cidade”, contou. A nova sede ainda não tem data para ser inaugurada.



# Corregedoria do TJ vai participar das reuniões zonais da OAB/RJ

O presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, e o diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Carlos André Pedrazi, estiveram, em 25 de abril, em reunião com o corregedor-geral do Tribunal de Justiça (TJ), Cláudio Mello Tavares, com o intuito de convidá-lo para participar das reuniões zonais, que terão início em maio. Este foi o primeiro contato com a nova Corregedoria, que assumiu em fevereiro para o biênio 2017-2018.

Tavares aceitou prontamente o chamado. "O contato com a OAB/RJ é importantíssimo, inclusive para saber, por meio dos advogados que militam no estado, das dificuldades no exercício da profissão. Daí a importância de conversar com os presidentes das subseções", disse.

Para Luciano, é fundamental estabelecer um canal de diálogo com a Corregedoria. "Tivemos uma receptividade muito boa por parte do tribunal, temos a esperança de criar uma estrutura de trabalho conjunta para melhorar a entrega da jurisdição", disse, antes de destacar que Tavares é desembargador

Fotos: Lula Aparício




Luciano: trabalho conjunto para melhorar prestação jurisdicional

oriundo do Quinto Constitucional e "por isso conhece também o dia a dia dos advogados".

Pedrazi destacou o esforço pela melhoria na prestação jurisdicional como principal ponto da reunião. "Nós apresentamos demandas de várias comarcas em todo o estado. Nossa principal preocupação é com a celeridade e o corregedor mostrou ter um olhar atento

a isso, em especial à primeira instância".

Entre os problemas levados pela diretoria da Ordem para a reunião está o caso da Comarca de Queimados, que vem enfrentando problemas na expedição de mandados de pagamento. Tavares afirmou que irá indicar um magistrado auxiliar para entrar em contato com o juiz da comarca e averiguar o que está acontecendo. 

## Curso de prerrogativas chega à Região dos Lagos

A Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ divulgou o calendário de realização dos cursos de prerrogativas nas subseções, em maio. Do dia 8 ao dia 30, as aulas acontecerão em Casimiro


de Abreu, São Pedro da Aldeia, Araruama, Cabo Frio, Búzios, Rio Bonito, Saquarema e Rio das Ostras, sempre nas sedes da Ordem.

Abertas aos advogados, as lições são voltadas para a formação de delegados. O projeto, lançado em março, durante o Encontro Nacional de Prerrogativas, é uma das iniciativas propostas pelo grupo para auxiliar na defesa dos principais casos de desrespei-

to ao advogado em sua atuação profissional.

Para o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, é preciso dar efetividade

à defesa das prerrogativas. "É fundamental que a gente esteja presente naquele momento que o advogado precisa", diz.

Os cursos serão baseados na cartilha de prerrogativas lançada pela Ordem e irão percorrer todas as subseções do estado. "Vai ser um processo de interiorização da nossa comissão. Vamos conseguir uma integração muito mais rápida", defende Luciano. 

Data	Local	Horário
8/05	Macaé	16h
9/05	Casimiro de Abreu	14h
15/05	São Pedro da Aldeia	14h
15/05	Araruama	18h
26/05	Cabo Frio	14h
26/05	Búzios	18h
29/05	Rio Bonito	14h
29/05	Saquarema	18h
30/05	Rio das Ostras	14h

# Criação de postos avançados em Campo Grande pauta reunião no TRT

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT), Fernando Zorzenon, recebeu no dia 18 de abril uma comitiva da OAB/RJ para tratar da criação de postos avançados do TRT visando a atender regiões distantes do centro da cidade.

O presidente da Subseção de Campo Grande, Mauro Pereira, defende a criação de um posto avançado no bairro, que é o mais populoso do Rio. Além de Campo Grande, seriam beneficiados os advogados e jurisdicionados de Bangu e Santa Cruz. No total, a região abriga mais de sete mil colegas. "A criação de um posto em Campo Grande facilitaria o acesso à Justiça e criaria um nicho de trabalho para os advogados da região, que evitam ações trabalhistas pela dificuldade de acesso ao Fórum da Rua do Lavradio", afirma.

Pereira explica que, como as audiências trabalhistas têm início às 8h, colegas, partes e testemunhas precisam sair com, no mínimo, três horas de antecedência. "Além disso, é preciso contar que não tenha trânsito na Avenida Brasil ou com os trens da Supervia, que param em todas as estações e têm baldeação obrigatória em Deodoro. A distância dificulta o acesso à prestação jurisdicional na região".

Foto: Luiza Aparício



**Mauro: distância do Centro dificulta rotina dos advogados da Zona Oeste**

Zorzenon se mostrou favorável à criação de postos avançados, e por isso pediu ao tribunal um levantamento dos locais que concentram mais empresas e que tenham demandas de ações trabalhista "A minha postura é atender os jurisdicionados, precisamos facilitar a vida deles. Quando eu pensei em abrir postos avançados, o primeiro lugar em que pensei foi justamente Campo Grande, pela distância", ponderou.

O diretor do Departamento de Apoio

às Subseções, Carlos André Pedrazzi, lembrou que o assunto começou a ser tratado no Colégio de Presidentes de Subseção, realizado em Cantagalo, em dezembro de 2016, quando Zorzenon participou do encontro. "Essa é uma demanda muito importante para a advocacia, principalmente na Zona Oeste".

Também participaram da reunião o secretário-geral adjunto da OAB/Campo Grande, Rodrigo Plaza, e o advogado Ricardo Menezes. [T](#)

## Curtas

### Advogados de Duque de Caxias têm vagas exclusivas

As quatro vagas ficam na Praça Humaitá, nas proximidades do TRT e do fórum local. Para estacionar é preciso apresentar um cartão fornecido pela subseção. Os interessados devem ir à secretaria da OAB/Duque de Caxias com uma cópia do documento do veículo. Mais informações pelo telefone (21) 2675-6600.

### Violência contra a mulher será tema de palestra em Valença

A juíza da 1ª Vara de Valença, Soraya Pina Bastos, fará palestra gratuita sobre *Violência doméstica e a Lei do Feminicídio* na sede da subseção local. Será no dia 23 de maio, às 19h. Inscrições pelos telefones (24) 2452-0616 ou (24) 2453-1576.

### OAB/Leopoldina arrecada fraldas geriátricas

As fraldas serão doadas para a Associação de Reabilitação da

Polícia Militar do Rio de Janeiro, que fica em Olaria e auxilia policiais acidentados em serviço e com necessidades especiais. As doações podem ser entregues até o mês de agosto na sede da subseção ou no Fórum Regional da Leopoldina.

### Jiu-jitsu para advogados em São João de Meriti

A Subseção de São João de Meriti está com inscrições abertas para aulas gratuitas de Jiu-jitsu. Os treinos acontecem às segundas e quintas-feiras, das 18h às 20h, na sede da subseção.

### Palestra gratuita sobre terceirização em Campos

A juíza do TRT local, Fernanda Stipp, será a palestrante e abordará a responsabilidade dos entes da administração pública na terceirização, face a decisão do STF. O encontro será em 25 de maio, às 18h. Pede-se a doação de 1kg de alimento. Mais informações e inscrição pelo telefone (22) 2726-1200.





Serviços para os advogados

# Escritório compartilhado

Para ajudar os advogados no exercício profissional, a OAB/RJ mantém, no 8º andar de sua sede, o Escritório Compartilhado, um complexo de 15 salas equipadas com computador, internet e serviços de impressão, telefonia e scanner. O local oferece espaços para atendimento a clientes, além de dispor de uma equipe de secretaria. O serviço também está disponível nas duas Casas do Advogado (Av. Erasmo Braga e Rua do Rezende) e em 38 subseções.

## Reservas

As reservas podem ser feitas para até duas vezes na semana, duas horas por dia, gratuitamente, pelos telefones (21) 2272-2218 e 2272-2219. O horário de atendimento é de 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Saiba mais em [www.oabrj.org.br](http://www.oabrj.org.br)



Acesse as informações diretamente do seu smartphone

Conte com a Ordem,  
sempre.

**OABRJ**

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro (Triênio 2016/2018)

## DIRETORIA DA SECCIONAL

### Presidente

Felipe de Santa Cruz Oliveira  
Scaletsky

### Vice-presidente

Ronaldo Eduardo Cramer Veiga

### Secretário-geral

Marcus Vinicius Cordeiro

### Secretária adjunta

Ana Amelia Menna Barreto de  
Castro Ferreira

### Tesoureiro

Luciano Bandeira Arantes

## DIRETORIA DA CAARJ

### Presidente

Marcello Augusto Lima de Oliveira

### Vice-presidente

Frederico França Morgado Ferreira  
Mendes

### Secretária-geral

Naide Marinho da Costa

### Secretária-adjunta

Marisa Chaves Gaudio

### Tesoureiro

Renan Aguiar

### Suplentes

Adilza de Carvalho Nunes  
Ana Carolina Lima da Costa  
Nara da Rocha Saraiva

## CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Freitas de Albuquerque  
Alfredo Hilário de Souza  
Antonio Ricardo Correa da Silva  
Antonio Vanderler de Lima Junior  
Armando Cesar de Araujo Pereira  
Burlamaqui  
Armando Silva de Souza  
Aron Velmovitsky  
Ary Litman Bergher  
Berith José Citro Lourenço  
Marques Santana  
Bernardo Pereira de Castro  
Moreira Garcia  
Breno Melaragno Costa  
Bruno Teixeira Dubeux  
Carlos Alberto Menezes Direito  
Filho  
Carlos André Rodrigues Pedraza  
Carlos Eduardo de Campos  
Machado  
Carlos Henrique de Carvalho  
Clarissa Costa Carvalho  
Daniela Galvão da Silva Rego  
Abduche  
Déa Rita Matozinhos Oliveira  
Deivis Marcon Antunes  
Eduardo Abreu Biondi  
Eduardo Antônio Kalache  
Eduardo Maneira  
Eduardo Valença Freitas  
Fábio Nogueira Fernandes  
Fernanda Lara Tórtima  
Fernando Orotavo Lopes da Silva  
Neto  
Flávio Antonio Esteves Galdino  
Flávio Villela Ahmed

Gabriel Francisco Leonardos  
Geraldo Antonio Crespo Beyruth  
Gilberto Fraga  
Guilherme de Castro Gouvêa  
Guilherme Guerra D'Arriaga  
Schmidt  
Gustavo André Muller Brigagão  
Jansens Calil Siqueira  
João Augusto Basílio  
João Pedro Chaves Valladares  
Pádua  
Jonas Gondim do Espírito Santo  
José Pinto Soares de Andrade  
Jonas Obergo Ferraz  
José Ricardo Pereira Lira  
Juliana Hoppner Bumacher  
Schmidt  
Juliana Vilela Oliveira  
Leonardo Pietro Antonelli  
Leonardo Rzezinski  
Maira Costa Fernandes  
Marcela Lima Rocha Cintra Vidal  
Marcelo Cury Atherino  
Marcelo Dickstein  
Marcelo Feijó Chalmé  
Marcio Vieira Souto Costa Ferreira  
Marcos Bruno  
Marcos Luiz Oliveira de Souza  
Maria Alicia Lima Peralta  
Marta Cristina de Faria Alves  
Maurício Pereira Faro  
Murilo Cezar Reis Baptista  
Paulo Cesar Salomão Filho  
Paulo Renato Vilhena Pereira  
Rachel Louise Braga Delmás Leoni  
Lopes de Oliveira  
Ranieri Mazzilli Neto  
Raquel Pereira de Castro Araujo  
Ricardo Loretto Henrici  
Rita de Cássia Sant'anna Cortez  
Roberto Monteiro Soares  
Rodrigo Ayres Martins de Oliveira  
Romualdo Mendes de Freitas Filho  
Samantha Pelajo  
Sérgio de Oliveira Carpi  
Tulio Claudio Ideses  
Vânia Siciliano Aieta  
Waldir Nilo Passos Filho  
Wanderley Rebello de Oliveira  
Filho  
Yuri Saramago Sahione de Araujo  
Pugliese

## CONSELHEIROS SUPLENTE

Aderson Bussinger Carvalho  
Ana Beatriz Bastos Seraphim  
Ana Gabriela Burlamaqui de  
Carvalho Vianna  
Ana Paula Santoro Pires de  
Carvalho Almeida  
Anderson Elisio Chalita de Souza  
André Andrade Viz  
André Porto Romero  
Andréa Cristina Ventura dos  
Santos  
Camila Freitas Ribeiro  
Carla Goes Lopes Anjo  
Carolina Pederneiras Lopes

Carolyne Albernard Gomes  
Claudio da Fonseca Vieira  
Daniel Corrêa Homem de  
Carvalho  
Daniel Duque Marques dos Reis  
Denise Kahl Stuart Beck  
Diogo Campos Medina Maia  
Diogo Tebet da Cruz  
Douglas Blaichman  
Eduardo de Souza Gouvea  
Elen Marques Souto  
Estela Aranha  
Fabio Luiz Ferreira  
Fabio Perrone Campos Mello  
Fábio Pimentel de Carvalho  
Fernando Jorge Cassar  
Filipe Orlando Danan Saraiva  
Frederico Chalhoub e Silva  
Godofredo Mendes Vianna  
Igor Muniz  
Jefferson de Faria Soares  
João Pedro Eyler Póvoa  
Joaquim Tavares de Paiva Muniz  
Job Eloisio Vieira Gomes  
José Ademar Arrais Rosal Filho  
José Agripino da Silva Oliveira  
José Teixeira Fernandes  
Luciana André Levy  
Luciano Barros Rodrigues Gago  
Luciano Gouvêa Vieira  
Luiz Américo de Paula Chaves  
Luiz André de Barros Vasserstein  
Luiz Felipe Conde  
Luiz Paulo Pieruccetti Marques  
Manoel Messias Peixinho  
Mara de Fátima Hofans  
Marcelo Jucá Barros  
Marcia Cristina dos Santos Braz  
Márcia Dinis  
Maria de Fatima Ribeiro Cabo  
Maria Luiza de Luna Borges  
Saraiva  
Mariana Freitas de Souza  
Monica Alexandre Santos  
Monica Prudente Giglio  
Monica Soares Barbosa  
Olavo Ferreira Leite Neto  
Paula de Oliveira Marinho Alves  
de Menezes  
Paula Helena Vergueiro  
Paulo Henrique Teles Fagundes  
Paulo Parente Marques Mendes  
Rafael Caetano Borges  
Raphael Montenegro Hirschfeld  
Regina Celia Coutinho Pereira Real  
Renato Neves Tonini  
Reynaldo Soares Velloso  
Rilley Alves Werneck  
Roberto Ferreira de Andrade  
Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro  
Rogerio Carlos Pedrosa Travassos  
Sandra Cristina Machado  
Sergio Luiz Pinheiro Sant'anna  
Silvestre de Almeida Teixeira  
Solange Ferreira de Moura  
Sonia Maria Alves Costeira  
Sonia Regina Dias Martins  
Sydney Limeira Sanches

Thaísa Xavier Chaves  
Wilson Fernandes Pimentel

## CONSELHEIROS FEDERAIS

Carlos Roberto de Siqueira Castro  
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara  
Sérgio Eduardo Fisher

## CONSELHEIROS FEDERAIS

### SUPLENTE

Flávio Diz Zweiter  
Marcelo Fontes  
José Roberto de Albuquerque  
Sampaio

## MEMBROS HONORÁRIOS

### VITALÍCIOS

Waldemar Zweiter  
Ellis Hermydio Figueira  
Cesar Augusto Gonçalves Pereira  
Nilo Batista  
Sergio Zweiter  
Octavio Gomes  
Wadih Nemer Damous Filho

## PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES

Nova Iguaçu - Jorge Jose Feitosa  
Rosenberg  
Duque De Caxias - Vagner Sant'  
Ana da Cunha  
Petrópolis - Marcelo Gouvea  
Schaefer  
Barra Mansa - Noe Nascimento  
Garcez  
Volta Redonda - Alex Martins  
Rodrigues  
Barra Do Pirai - Christopher  
Almada Guimarães Taranto  
Valença - Fabio dos Anjos Souza  
Batista  
São Gonçalo - Eliano Enzo da Silva  
Nova Friburgo - Monica Thereza  
Bonin Leal  
Miracema - Hanry Felix El-Khouri  
Itaperuna - Zilmar Jose Pires Junior  
Campos - Humberto Samyn Nobre  
Oliveira  
Teresópolis - Rodrigo Ferreira da  
Cunha  
Três Rios - Sergio de Souza  
Macaé - Fabiano Lima Paschoal  
de Souza  
Niterói - Antonio Jose Maria  
Barbosa da Silva  
Bom Jesus do Itabapoana -  
Gilberto Cardoso de Matos  
Resende - Samuel Moreira  
Carreiro  
São João de Meriti - Julia Vera de  
Carvalho Santos  
Cabo Frio - Eisenhower Dias  
Mariano  
Angra Dos Reis - Luís Carlos  
Jordão Elias  
Magé - Renato Silva de Siqueira  
Itaguaí - Arthur Fraga Oggioni  
Nilópolis - Celso Gonçalves  
Itaboraí - Jocivaldo Lopes da Silva

Cantagalo - Pedro Rogerio da  
Silva Alves

Vassouras - Vivian Machado da  
Rocha Sabenca Dias

Araruama - Rosana da Conceição  
Jardim Pinaud

Campo Grande - Mauro Pereira  
dos Santos

Santa Cruz - Paulo dos Santos  
Freitas

Bangu - Ronaldo Bittencourt Barros

Madureira/Jacarepaguá - Remi  
Martins Ribeiro

Ilha do Governador - Luiz Carlos  
Varanda dos Santos

São Fidélis - Rodrigo Stellet Gentil

Rio Bonito - César Gomes de Sá

Paraíba do Sul - Eduardo Langoni  
de Oliveira

Santo Antônio De Pádua - Aduato  
Furlani Soares

Maricá - Amilar Jose Dutra da Silva

Paracambi - Marcelo Hiroshi

Kossuga

Paraty - Marco Antonio Costa

França

Miguel Pereira - Pedro Paulo Sad

Coelho

Pirai - Gustavo de Abreu Santos

Rio Claro - Adriana Aparecida

Martins Moreira

Itaocara - Fernando Jose Marron

da Rocha

Cordeiro - Wilson Vieitas Braga

Cambuá - Alex Correa Lopes

Bitencourt

Mendes - Paulo Afonso Loyola

Costa

São Pedro Da Aldeia - Júlio Cesar

dos Santos Pereira

Cachoeiras de Macacu - Marcelo

Araujo

Mangaratiba - Ilson de Carvalho

Ribeiro

Saquema - Miguel Saraiva de

Souza

Rio das Ostras - Norma Teresa Pinto

de Sá Ferreira

Belford Roxo - Abelardo Medeiros

Tenorio

Queimados - José Bôfim Lourenço

Alves

Meier - Jorge Gomes Rodrigues

Porciúncula - Fernando dos Santos

Volpato

Barra Da Tijuca - Claudio Carneiro

Bezerra Pinto Coelho

Leopoldina - Talita Menezes do

Nascimento

Seropédica - Jucimar de Almeida

Silva

Pavuna - Maria de Fatima Lira

Monteiro Figueiredo

Búzios - Márcio José Teixeira

de Sá

Iguaba Grande - Margoth Cardoso

Casimiro de Abreu - Naildo Borges

Macabu



# Prática sobre aposentadoria, licitações e Direito Eleitoral são destaques na programação

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ tem novidades na programação para o período de maio e junho.

O *Curso prático sobre aposentadorias* será oferecido por Gabriel Tinoco Palatnic nos dias 25 e 26 de maio, quinta e sexta-feira, das 18h às 21h. O investimento é de R\$ 180 para um total de 6h/aula.

Com início em 30 de maio, o curso *Licitações e contratos administrativos* terá aulas até o dia 4 de julho, às terças e quintas-feiras, das 18h30 às 21h30. Sob a coordenação de André Saddy, terá 30h/aula, com investimento de R\$ 900 (duas parcelas de R\$ 450).

No mês de junho, serão duas turmas. O curso sobre *Juizados especiais cíveis à luz do novo CPC* terá aulas às terças-feiras, nos dias 6, 13 e 20 de junho, das 9h30 às 12h30 (totalizando 9 h/a). O professor será Felipe Borring, e o investimento é de R\$ 250.

Já a turma de *Direito Eleitoral* terá lições de 6 a 22 de junho, às terças e quintas-feiras, das 10h às 12h. A coordenação é de Celio Salim Thomaz, e o investimento, de R\$ 300.

Todas as atividades acontecem na ESA, que fica na Avenida Marechal Câmara, 150, 2º andar, no Centro. Mais informações pelo telefone: (21) 2272-2097 ou pelo email [esa@oabRJ.org.br](mailto:esa@oabRJ.org.br).

## Escola de Inclusão Digital divulga calendário de maio

Em maio, a Escola de Inclusão Digital da OAB/RJ ministrará oito aulas entre turmas da *Oficina de informática básica* e dos cursos *Navegando no TJ/RJ*, *Navegando no PJe-JT* e *Explorando o PDF*. As inscrições podem ser feitas no painel *Eventos* do portal da Seccional – [www.oabRJ.org.br](http://www.oabRJ.org.br).

A oficina terá uma turma dedicada aos advogados da terceira idade (dia 10) e outra que atenderá a colegas de todas as faixas etárias (dia 30).

A Escola programou novas turmas de *Navegando no TJ/RJ*, com aulas de 9h30 às 12h30. O curso acontece nos dias 11 e 25.

O curso *Navegando no PJe-JT* terá novas edições nos dias 9, 16 e 23, das 9h30 às 13h.

Já a aula para o curso *Explorando o PDF* acontece no dia 18, das 9h30 às 12h30.

## CLASSITRIBUNA

### CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas, Sistema Financeiro da Habitação, Cheque Especial, Empréstimos, Cartão de Crédito, Prestação de Contas, Leasing e CDC de Automóveis.

Trabalhamos via Online (PJE).

Rua Senador Dantas, 117  
Sala 1929, Centro, Rio de Janeiro,  
RJ – CEP: 20.031.911

Tels: (21) 2210-5209 - 2220-1178  
Cel/WhatsApp: (21) 98458-2701

E-mail:

[pontalcalculosjudiciais@gmail.com](mailto:pontalcalculosjudiciais@gmail.com)

Website:

[www.pontalcalculosjudiciais.com.br](http://www.pontalcalculosjudiciais.com.br)

### ESCRITÓRIO CORRESPONDENTE E CÁLCULOS JUDICIAIS

Apoio na Capital e Grande Rio; Audiências Cíveis e trabalhistas; Protocolo de Petições e Recursos;

Compartilhamento de Escritório; Cálculos Judiciais, Cíveis e Trabalhistas, Iniciais e Liquidação de Sentença;

Embargos à Execução e Impugnações;

Orientação Técnica para elaboração de peças; Expedição de GRERJ;

Administração de Imóveis (taxa especial para advogados).  
Dr. JORGE RODRIGUES  
(21) 2502-3016, (21) 97119-9396  
[jorge@adv.oabRJ.org.br](mailto:jorge@adv.oabRJ.org.br)

### ESCRITÓRIO VIRTUAL

Advogados, tenham já seu escritório no melhor endereço do Centro do Rio, a partir de R\$ 175,00.

Escritórios com total infra-estrutura, atendimento telefônico com transmissão de recados, endereçamento comercial, salas de atendimento e reunião com ramal telefônico, internet, fax e impressões.

Av. Rio Branco, 181. Venha conhecer nossas instalações!  
site: [www.atrjumoffices.com.br](http://www.atrjumoffices.com.br)  
Tel: (21) 2292.8488 / 2544.2666

### SALA PARA ADVOGADO (CENTRO DE NITERÓI)

#### ALUGUEL

Perto do fórum (Av. Ernani do Amaral Peixoto).

Parcialmente mobiliada. Sala e antessala. Grande estante para pastas, documentos ou autos. Cofre chumbado na parede.

Ideal para advogado e secretária e/ou estagiário (ou dois advogados e secretária).

Contato: Cátia (Telefones 2621-6992 e 98689-4593)

### GRERJ PRONTO!

Recolha custas sem errar.

Confira sua GRERJ antes de pagar no BRADESCO.

Serviço prestado por apenas R\$ 10,00.

Também fazemos a GRERJ e outras guias.

Consulte nossos preços. Peça e receba por e-mail.

[cesar@grerjpronto.com](mailto:cesar@grerjpronto.com)

Ou, ligue (21) 2743-8363 (Teresópolis/RJ)

## Anuncie no Classitribuna

### Atinja mais de 110 mil advogados

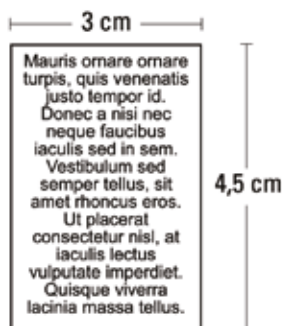
Pequenos anúncios agora têm espaço garantido na Tribuna do Advogado, com máximo de 50 palavras em módulos de 3 cm por 4,5 cm.

Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Atendimento Comercial – Gestão de Negócios

Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

[publicidade@gestaodenegocios.com.br](mailto:publicidade@gestaodenegocios.com.br)



**OABRJ**

Conte com a Ordem, sempre.



## Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes

Dividido em três partes, o livro tem como objetivos tornar a mediação de conflitos mais conhecida pelas pessoas; contribuir para a instrumentalização de profissionais de mediação, sejam eles principiantes, experientes ou docentes; e fomentar a pacificação social, favorecendo uma mudança de paradigma cultural em direção à mediação de conflitos como método colaborativo e autocompositivo de resolução de controvérsias. A obra é coordenada pela presidente da Comissão de Mediação de Conflitos da OAB/RJ, Samantha Pelajo, pela diretora-presidente do Mediare, Tania Almeida, e pela pesquisadora da PUC-Rio Eva Jonathan. A editora é a Jus PODIVM. Mais informações no site [www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br) ou pelo telefone (71) 3045-9051.



## Um novo olhar sobre as desapropriações no Direito brasileiro

Nesta obra, Vinicius Monte Custodio lança mão do Direito Comparado como forma de contribuir para uma concepção menos ensimesmada do Direito brasileiro e apontar caminhos alternativos para a resolução de velhos problemas referentes às desapropriações, um dos temas que mais repercute na vida dos cidadãos, por tocar diretamente em seu patrimônio privado. O autor busca expor o Direito positivo, somado às visões da doutrina e da jurisprudência, sempre buscando um posicionamento nos pontos críticos. O livro é da editora Lumen Juris. Mais informações no site [lumenjuris.com.br](http://lumenjuris.com.br) ou pelo telefone (21) 3933-4004.



## Problemas de responsabilidade civil

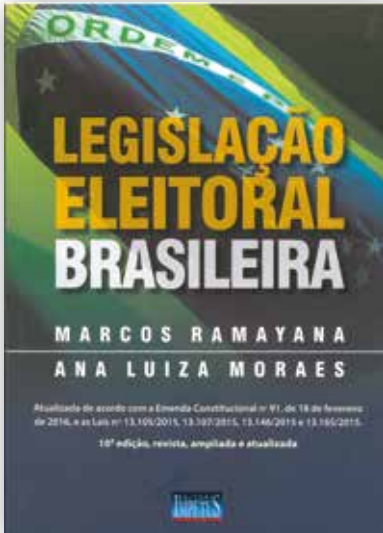
Organizada por Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, a obra decorre de pesquisas realizadas no âmbito do programa de pós-graduação em Direito da Uerj, empreendidas por professores, mestrandos e doutorandos, à luz da metodologia civil-constitucional. Monteiro Filho colaborou com a escolha dos temas, planejamento, execução e revisão dos ensaios científicos, em meio a debates articulados em encontros semanais. Mais informações na editora Revan, responsável pela obra, no site [www.revan.com.br](http://www.revan.com.br).



## Tombamentos e instrumentos jurídicos para a restauração de bens imóveis protegidos

Este livro pretende analisar os instrumentos jurídicos utilizados para a conservação e restauração de bens imóveis protegidos, buscando verificar se são suficientes à efetiva proteção e preservação do patrimônio cultural. A obra examina, ainda, os principais conceitos, princípios e institutos de tutela do meio ambiente cultural, enfatizando o tombamento. Também disponível em *ebook*, foi publicado pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, com autoria de Fábio André Uema Oliveira. Mais informações pelos telefones (11) 3286-7027 e (11) 3286-7020.





## Legislação eleitoral brasileira

O livro, em sua 10ª edição, reúne as principais leis, resoluções e súmulas dos tribunais superiores que regulam e orientam o processo eleitoral no país. Ana Luiza Moraes e Marcos Ramayana, autores, oferecem ainda particularidades, como as normas que dispõem sobre a utilização de processamento eletrônico de dados no alistamento e nos demais serviços eleitorais, a apuração de crimes eleitorais, a realização de eleições suplementares em anos eleitorais e a Central do Eleitor, todas no âmbito da Justiça Eleitoral e de interesse para candidatos a concursos públicos, universitários e operadores do Direito. Da editora Impetus. Mais informações no site [www.impetus.com.br](http://www.impetus.com.br) ou pelo telefone (21) 2621-7007.



## Teoria do Estado regulador

O segundo volume do livro *Teoria do Estado regulador* traz, sob perspectiva crítica, as principais temáticas relacionadas à função estatal de intervenção regulatória, econômica e social e seus impactos, com as experiências regulatórias no Brasil e no exterior. Organizada pelo professor da FGV Direito Rio Sérgio Guerra, a obra é uma coletânea de artigos de especialistas que examinaram o papel do Tribunal de Contas da União na fiscalização das concessões dos serviços públicos portuários, as características do Estado regulador brasileiro e a possibilidade de limitação do acesso à internet banda larga pela Anatel, e o sistema financeiro nacional, entre outros assuntos. Da Jurua Editora. Mais informações em [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) ou pelo telefone (41) 3352-1200.

## Constituição, empresa e mercado



Coordenado pela jurista Ana Frazão, o livro é o resultado de teses de mestrados e doutorandos do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado da Universidade de Brasília. São 21

capítulos distribuídos em três temas: o papel do Direito na conformação e regulação da empresa e dos mercados; empresa, poder econômico e atividade econômica em suas dimensões organizacionais e funcionais; e empresa, tecnologia, comunicação e mercado. A obra está disponível para download gratuito no <https://goo.gl/AdE0gF>



## O novo processo de conhecimento



A obra trata do processo de conhecimento regulamentado pelo novo Código de Processo Civil, incluindo as fases de liquidação e cumprimento da sentença, assim como o novo sistema

recursal. Advogado e professor da Unirio, o autor, Celso Lisboa, procura fugir de abordagens excessivamente teóricas e tratar os temas de forma clara, sucinta e objetiva. Da editora Simplíssimo, o livro está à venda nas principais livrarias virtuais.

## De arquitetura criativa a biquínis, CCBB traz duas novas exposições

A exposição *Los Carpinteros: objeto vital* apresenta, entre 3 de maio e 1º de agosto, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), obras inusitadas e cheias de significados produzidas com a utilização criativa da arquitetura, da escultura e do design, por um dos coletivos de arte mais elogiados da atualidade.

Com instalações grandiosas, *Los Carpinteros* – os cubanos Marco Castillo e Dagoberto Rodríguez – são conhecidos pelo forte apelo social das obras e pela crítica ácida, sagaz e bem-humorada. Os artistas questionam a utilidade das coisas e exploram o choque entre função e objeto. A exposição estreia no Rio de Janeiro depois de percorrer São Paulo, Brasília e Belo Horizonte.

A mostra é composta por mais de 70 obras: desenhos, aquarelas, esculturas, instalações, vídeos e obras *site specific* (criadas de acordo com o ambiente e com um espaço determinado). O público poderá acompanhar todas as fases do coletivo, desde a década de 1990 até trabalhos inéditos, feitos especialmente para a exposição no Brasil, a partir de ideias e desenhos anteriores. A curadoria é de Rodolfo de Athayde, da Arte A Produções.


“O objeto será o protagonista desta exposição, forçado a uma constante metamorfose pela ideia artística: imaginado em desenhos, projetado e testado nas maquetes tridimensionais ou alcançando sua vitalidade máxima como utopia realizada nas grandes instalações”, descreve o curador.

Também no CCBB, acontecerá a exposição *Yes, nós temos biquíni*, de 17 de maio a 10 de julho. A exposição apresenta os aspectos sociais, históricos e culturais de uma criação revolucionária no mundo da moda e a sua devida apropriação pelos brasileiros, transformando-a em objeto de desejo do mundo todo.

O traje biquíni nasceu na França em 1946, mas na cultura indígena sua origem vem de séculos atrás, como mostram as preciosas tangas marajoara do período

pré-colombiano. Do pesado traje de banho do Século 19 às novas modelagens do Século 21, a exposição ressalta as mudanças de comportamento e conquistas da mulher nesse período, os padrões de beleza e sua relação com a arte.

A mostra, que conta com curadoria de Lilian Pace, traz ainda criação inédita de Nelson Leirner e obras de artistas como Beatriz Milhazes, Leda Catunda e Rochelle Costi; entre os fotógrafos, estão German Lorca, Thomaz Farkas, Bob Wolfenson, Cassio Vasconcellos, Claudio Edinger e Jacques Dequeker, além de trabalhos audiovisuais como os de Katia Maciel e Janaina Tschäpe e, claro, modelos icônicos de moda.

O CCBB, que funciona de quarta a segunda-feira, das 9h às 21h, fica na Rua 1º de Março, 66, Centro. Mais informações no telefone (21) 3808-2020 ou pelo e-mail [cbbrio@bb.com.br](mailto:cbbrio@bb.com.br). 

DICA DO MÊS

## Uma bem-vinda revista sobre livros

MARCELO MOUTINHO

Os espaços para a crítica de livros, no Brasil, têm minguado nos últimos anos. Bastaria esse motivo para que saudássemos a chegada da revista *Quatro Cinco Um*. Mas a nova publicação merece elogios também pelo que propõe em termos de conteúdo e registro. Quanto ao primeiro item, a pauta, porque não vai se limitar à esfera da ficção, passando por obras das áreas da política e da economia, por exemplo. Com relação ao aspecto formal, pela declarada busca por trazer sempre análises de fácil compreensão ao leitor não iniciado.

Editada pelos jornalistas Paulo Werneck, ex-curador da Festa Literária Internacional de Parati (Flip), e Fernanda Diamant, a *Quatro Cinco Um* será inicialmente distribuída aos assinantes da revista *Piauí*, como encarte, por seis meses. Em paralelo, haverá venda avulsa em livrarias e planos de assinatura.

O primeiro número terá 40 páginas e, entre resenhas e indicações de leitura, contemplará cerca de 200 títulos. O título da revista alude ao romance *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury – a temperatura de 451 graus Fahrenheit, que equivale a 233 graus Celsius, é aquela na qual o papel entra em processo de combustão. 



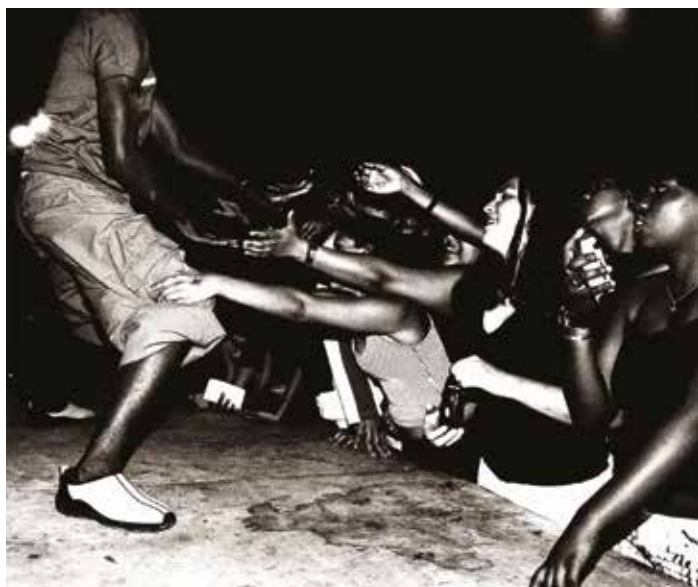


# MAM traz de volta suas coleções

Parceiro da OAB/RJ, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) apresenta, a partir do dia 6 de maio, a exposição de longa duração *A volta das coleções do MAM*, com curadoria de Fernando Cocchiarale e Fernanda Lopes.

A mostra reúne obras em séries, conjuntos, múltiplos, sequências e associações que permitem ao visitante uma compreensão dos processos poéticos de artistas de diferentes nacionalidades e gerações, como Athos Bulcão, Diane Arbus, Berndt & Hilla Becher, Gilvan Samico, Jac Leirner, Joseph Albers, Raimundo Collares, Rosângela Rennó e Wolf Vostel. Os trabalhos pertencem às três grandes coleções do Museu – a própria, a Gilberto Chateaubriand, e a Joaquim Paiva.

O MAM fica na Av. Infante Dom Henrique, 85, no Parque do Flamengo, e funciona das 12h às 18h entre terças e sextas-feiras, e das 11h às 18h aos sábados, domingos e feriados. Informações no telefone (21) 3883-5600 ou no site [www.mamrio.org.br](http://www.mamrio.org.br)





**Luciana Levy, presidente da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico da OAB/RJ**

**Jurista:** Caio Mário da Silva Pereira

**Livro:** *Crime e castigo*, que me foi dado de presente pelo meu pai quando ingressei na faculdade de Direito

**Lugar:** Búzios. Adoro praia, e as do Rio de Janeiro são lindas

**Filme:** *O poderoso chefão* (Francis Ford Coppola)

**Time:** Não tenho. Não gosto de futebol

**Cantor/ Cantora:** Chico Buarque e Marisa Monte

**Ator/Atriz:** Al Pacino e Fernanda Montenegro

**Mito:** Sobral Pinto

**Esporte:** Não pratico nenhum, mas gosto de assistir a ginástica rítmica

**Hobby:** Dança e teatro

**Prato favorito:** Massas. Todas!

**Programa de TV:** Séries e minisséries, de preferência históricas. Uma que me marcou foi *JK*, e a última, *The crown*

**Música:** *Minha namorada* (Vinicius de Moraes e Carlos Lyra)

**Fato da história:** A criação do Estado de Israel, em 1948

**Frase/citação:** A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida (Vinicius de Moraes)



# LEIA TRIBUNA DIGITAL

DO ADVOGADO Órgão de divulgação da OABRJ

> **Eventos**

> **Notícias**

> **Cursos**

> **Novidades**

Toda segunda, a OAB/RJ envia por email a *Tribuna Digital*, boletim eletrônico com o resumo das notícias mais importantes do dia a dia na área jurídica. Fique informado também sobre os serviços, projetos e ações em andamento.

Acesse [www.oabRJ.org.br/tribuna\\_online.html](http://www.oabRJ.org.br/tribuna_online.html) e receba o boletim.

[Clique aqui se estiver com problemas para ver este e-mail.](#)

## TRIBUNA DO ADVOGADO

DIGITAL

Órgão de divulgação da OABRJ

**TJ recomenda suspensão imediata de audiências e acena com férias no final de 2014**

A presidente do TJ, Leila Mariano, atendeu parcialmente o pedido da OAB/RJ de concessão de férias para a advocacia. Em aviso na última semana, ela recomendou aos magistrados que evitassem a designação de audiências entre 20 de dezembro de 2013 e 20 de janeiro de 2014. Em relação à oficialização das férias, a desembargadora afirmou que o tribunal estuda sua viabilidade para aplicação no fim do próximo ano.

[Leia mais](#)

**Durante o recesso, petições com pedidos urgentes devem ser protocoladas em papel**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Rio determinou que, durante o período de recesso forense, as petições com pedidos urgentes devem ser protocoladas em papel a fim de que sejam apreciadas no plantão Judiciário. A análise das petições eletrônicas só vai ocorrer depois do dia 5 de janeiro.

[Leia mais](#)

**Expediente na OAB/RJ acompanha recesso e será interrompido após esta quinta**

Do dia 20 de dezembro até 6 de janeiro, período de recesso do Judiciário, os prazos processuais estarão suspensos e os tribunais funcionarão em regime de plantão para exame de matérias de caráter urgente. A OAB/RJ vai funcionar até quinta-feira, dia 19, retomando suas atividades em 6 de janeiro.

[Leia mais](#)

Conte com a Ordem,  
sempre.

**OABRJ**

# Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje é item de primeira necessidade: não dá para ficar sem.

**Por isso, a Qualicorp e a CAARJ oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, advogado.**

Planos a partir de

R\$ **163**<sup>1</sup>



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

**0800 799 3003**  
[www.qualicorp.com.br/anuncio](http://www.qualicorp.com.br/anuncio)

